



## **O Cavalo na Idade Média Portuguesa<sup>1</sup>**

### **The Horse in the Portuguese Middle Ages**

***Afonso Soares de Sousa***

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras  
3004-531 Coimbra, Portugal

[afonso.sousa1@hotmail.com](mailto:afonso.sousa1@hotmail.com)

Data recepção do artigo / Received for publication: 7 de Outubro de 2021

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 9 de Abril de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5658>

---

<sup>1</sup> Este artigo é enquadrado por uma Bolsa de Investigação afecta ao projeto de investigação FALCO - Formulando a relação entre humanos e outras espécies no Portugal medievo (Hypothesising Human-Animal Relations in Medieval Portugal), financiado por fundos nacionais pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT EXPL/HAR-HIS/1135/2021), em execução desde 1 de Janeiro de 2022.

## RESUMO

O presente artigo é um contributo para o estudo do cavalo na Idade Média, num período que se estende entre os séculos X-XIII. Geograficamente, esta análise compreende um espaço em profundas transformações que é, atualmente, Portugal, durante o processo que o levou de condado a reino. O cavalo é aqui tratado de um prisma social, político, económico e quotidiano, em aspetos que vão desde a sua criação, ao seu valor de mercado, passando pelo seu valor simbólico. Aborda ainda a instrumentalização política deste animal por parte dos monarcas portugueses.

**Palavras-chave:** Equídeo; cavalo; Idade Média; Portugal.

## ABSTRACT

The present article is a contribution to the study of the horse in the Middle Ages, in a period that extends between the X-XIII centuries. Geographically, this analysis comprises a space in profound transformations that is Portugal, during the process that took it from county to kingdom. The horse is treated here from a social, political, economic and daily perspective, considering its creation, its market value and symbolic value. It also addresses the political instrumentalization of this animal by the Portuguese monarchs.

**Keywords:** Equid; horse; Middle Ages; Portugal.



## Introdução

Este texto procura estudar o cavalo no espaço geográfico e no tempo próprios da formação de Portugal, de modo a preencher um vazio existente na historiografia portuguesa, que, de um modo geral, apenas tem considerado o cavalo como um instrumento de guerra<sup>2</sup>. Assim, pretende-se dar uma nova faceta ao estudo deste animal, trabalhando-o de um prisma histórico-social, económico, político e quotidiano. Não é posta de parte a existência de uma vertente militar associada ao cavalo, nem é pretendido desvalorizar esse plano. Contudo, esse não vai ser o ponto central deste artigo.

Este estudo engloba o período entre os séculos X e XIII. O espaço temporal definido tem início, pois, durante o processo de reconquista cristã e acompanha-o até ao reinado de D. Afonso III, marcado pela conquista definitiva do Algarve. A limitação cronológica superior deve-se, em parte, ao aparecimento de fontes como o livro de alveitaria do Mestre Giraldo, que já estão relativamente bem exploradas. É certo também que, à medida que nos aproximamos dos finais da Idade Média, os contributos historiográficos aumentam. Desta forma, limitamos a análise, essencialmente, ao século XIII.

## Contextualização

Os equídeos mereceram a atenção de tratadistas desde muito cedo. Refira-se a *Historia Animalium*, do século IV a. C., de Aristóteles. Esta obra, já fazia diversas referências a doenças que afetavam o cavalo, ilustrando a preocupação com este animal na época<sup>3</sup>. Seguiu-se, ainda na Antiguidade Clássica, a *Digesta Artis Mulomedicinae* escrita por *Flavius Vegetius Renatus*, no século IV d. C.<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Este artigo é resultado da investigação feita no seminário “A Construção de um Reino: entre Castela e o Mar”. Agradeço ao Doutor Simon Davis pelas recomendações bibliográficas, à Doutora Maria Amélia Campos pelo acompanhamento e revisão e, em especial, ao Doutor Saúl António Gomes que orientou toda a investigação e execução.

<sup>3</sup> ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história da alveitaria e dos cavalos de guerra no Portugal medieval”. *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias* 98/549, (2004), p. 20.

<sup>4</sup> ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história”, p. 20.

Contemporâneo desta obra é o fantástico “Mosaico dos Cavalos”<sup>5</sup>, pertencente ao Museu Nacional de Arqueologia, que foi encontrado na *Villa Romana* de Torre de Palma e que impressiona pelo pormenor com que estão representados cinco cavalos intitulados pelas denominações: *Inacus, Hiberus, Leneus, Lenobatis, Pelops*<sup>6</sup>.

Já dentro da Idade Média e no contexto peninsular ibérico, entre os séculos VI e VII, Isidoro de Sevilha escreveu *De Animalibus*, que corresponde ao livro XII das *Etimologias*, onde aborda, entre outros animais, justamente, o cavalo<sup>7</sup>. Em meados do século X foi composto o *Hippiatrika*, que reuniu 420 lições acerca da criação de animais e de doenças que poderiam ter<sup>8</sup>. Três séculos mais tarde, surgiu a *De Medecina Equorum*, por Jordão da Calábria, um físico e veterinário da corte de Frederico II, do Sacro Império Romano-Germânico. Outra importante obra é o *Livro de Alveitaria*, de Lourenço Russião que terá sido uma importantíssima fonte para os primeiros tratados portugueses<sup>9</sup>.

O primeiro tratado de alveitaria, em Portugal, foi escrito já no reinado de D. Dinis, e por sua vontade, pela mão do Mestre Giraldo<sup>10</sup>. O *Livro d'alveitaria pera quallquer besta que quiseses*, é uma fantástica fonte para o estudo do cavalo. É necessário destacar, ainda neste tópico, que a primeira obra, acerca de medicina animal, do qual temos conhecimento em território português, surge no testamento de Mestre Gil em 1257, onde é feita a referência a um livro que trata a anatomia e cura de cavalos<sup>11</sup>.

O cavalo, durante a formação do reino de Portugal, era um autêntico barómetro social. Através dele era possível ascender socialmente e manter um conjunto de direitos ou privilégios e a sua perda, caso não fosse restabelecida, podia colocar o

<sup>5</sup> “Mosaico dos Cavalos”. [Consultado a 20 setembro 2021]. Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=119865>.

<sup>6</sup> Acerca deste assunto ver: ALMEIDA, Fernando de – “O Mosaico dos Cavalos”. *O Arqueólogo Português* IV (1970), pp. 263-275.

<sup>7</sup> Esta fonte será desenvolvida ao longo deste trabalho através da publicação: SEVILHA, Isidoro de – *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

<sup>8</sup> ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história”, p. 20.

<sup>9</sup> ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história”, p. 21.

<sup>10</sup> ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história”, p. 22.

<sup>11</sup> “*Item aliud volumen in quo est liber qui dicitur Amicum induit et Cirurgia bene grosata. Et Anathomia et Cura equorum siue Cirurgia ipsorum*”, GOMES, Saúl António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. 2ª ed. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2004, p. 245.

estatuto do cavaleiro em causa. Os concelhos medievais, em cujos forais se legisla justamente sobre os cavaleiros-vilãos e o seu estatuto social, em função de terem ou não cavalo, das suas perdas na guerra e modos de recuperação do mesmo, são a prova disso. É certo que todos os *vizinhos* do concelho eram homens livres, porém, é nítida a divisão que se estabelecia entre dois grupos: o dos cavaleiros-vilãos e o dos peões<sup>12</sup>. José Mattoso refere: “Que os cavaleiros constituíam no concelho uma verdadeira aristocracia, já se pode imaginar quando se sabe o valor que o cavalo de guerra tem durante os séculos XII e XIII”<sup>13</sup>. Assim, a posse de um cavalo, “que se considera ora como uma obrigação ora como um direito”<sup>14</sup>, usando-o ao serviço do rei, garantia uma série de direitos, e deveres, que constituíam um estatuto social bastante distinto dos restantes *vizinhos* do concelho.

A ligação das gentes do medievo ao cavalo, no espaço que hoje é Portugal, não passa despercebida na toponímia. São vários os topónimos, que surgem na documentação medieval, que têm uma clara ligação aos equídeos e sobre os quais podemos considerar alguns exemplos. O atual rio Asnes, na região de Tondela, surge referenciado em diferentes documentos como *riuulum de Asinis*<sup>15</sup>, *riuulum de Asinos*<sup>16</sup> ou *rivuli Asinorum*<sup>17</sup>, havendo neste caso uma clara ligação ao termo latino *asinus*, que significa asno ou burro. Também aparece o *riuulo de Caualos* ou *Kaualos*<sup>18</sup>, fazendo referência ao atual rio de Cavalos, em Vale de Taipa, ou ainda o *mons de cauallus*<sup>19</sup>, aludindo, talvez, ao atual Monte Cavalinho, em Guimarães. Estes são apenas alguns exemplos dos muitos que podemos encontrar na documentação medieval.

---

<sup>12</sup> MATTOSO, José – *Identificação de um País*. 1ª ed. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2015, p. 410.

<sup>13</sup> MATTOSO, José – *Identificação de um País*, p. 410.

<sup>14</sup> MATTOSO, José – *Identificação de um País*, p. 410.

<sup>15</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses – Documentos Régios: documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958, vol.1, t.1., doc.132, p. 155, 1133, março, 20.

<sup>16</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 234, p. 286, 1150, maio.

<sup>17</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1 doc. 240, p. 294, 1152, setembro, 30.

<sup>18</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 56, p. 70, 1121, fevereiro, 1.

<sup>19</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*. Lisboa: Typis Academicis, 1868, vol.I, fasc. I, p. 62, 968.

## Criação de cavalos

Henrique da Gama Barros, em 1922, tratou a “Creação de cavallos”, na *História da Administração Pública em Portugal*<sup>20</sup>, porém, a sua análise parte de meados do século XIV. João Gouveia Monteiro também estudou a “criação e manutenção dos cavalos” no âmbito da obra *Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*<sup>21</sup>, no ano de 1998. Mais recentemente, Miguel Gomes Martins dedicou um subcapítulo de *A Arte da Guerra em Portugal :1245 a 1367*<sup>22</sup>, ao cavalo. O mesmo autor retomou o assunto em “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”<sup>23</sup>. Todavia, estes preciosos contributos acerca do cavalo e da sua criação são mais focados no contexto militar, incidindo, sobretudo, sobre os séculos XIII a XV.

Tal como nos mostram os trabalhos acima referidos, nos finais da Idade Média é visível a preocupação dos monarcas com a falta de bons cavalos em Portugal. De facto, com a conquista do Algarve perdia-se, por um lado, uma motivação para a dispendiosa manutenção destes animais e, por outro, uma fonte de aquisição de boas montadas fruto da captura dos mesmos ao inimigo<sup>24</sup>. Esta situação aparece-nos espelhada, ainda antes da formação do reino, numa carta de doação e couto, de 1110, onde o Conde D. Henrique pede a Bernaldo Francês, como contrapartida da entrega de cinco casais, um bom cavalo trazido da terra dos mouros<sup>25</sup>. Ressalvamos a interpretação de Armando de Almeida Fernandes, que diz ser, o cavalo, “obtido em assalto aos mouros ou em comércio com eles”<sup>26</sup>. De qualquer forma, seja capturado à força ou comprado, há a expressa ordem do Conde D. Henrique para que o cavalo viesse de terras dominadas por mouros.

<sup>20</sup> BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1922, t. IV, pp. 90-99.

<sup>21</sup> MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal- Nos Finais da Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, pp. 151-162.

<sup>22</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *A Arte da Guerra em Portugal: 1245 a 1367*. 1ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 267-288.

<sup>23</sup> MARTINS, Miguel Gomes – “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”. In FERNANDES, Isabel Cristina (coord. cient.) – *Castelos das Ordens Militares. Atas do Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2013, pp. 409-426.

<sup>24</sup> MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 285.

<sup>25</sup> “*de te accepimus unum bonum caballum quem adduxisti de terra maurorum*”, AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 21, p. 27, 1110, agosto.

<sup>26</sup> FERNANDES, A. de Almeida – *Viseu, Agosto de 1109 Nasce D. Afonso Henriques*. 4ª ed. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 1993, p. 38.

João Gouveia Monteiro refere – alicerçando-se nas palavras de Ralph H. Davis<sup>27</sup> – que no Noroeste europeu, até ao século XI, os cavalos indígenas seriam, por um lado, bastante limitados em número e, por outro, de pequenas dimensões<sup>28</sup>. Contudo, tal como veremos adiante, esta visão não é propriamente precisa e, a par disso, no caso Peninsular, a situação seria algo diferente. Efetivamente, a *Hispania* seria na Idade Média um lugar de boas montadas, que já na Antiguidade Clássica eram reconhecidas como tal<sup>29</sup>.

Neste contexto, não é difícil entender as palavras de admiração do cruzado Raul quando, em 1147, chegou à região de Lisboa: “Nos seus campos espinoteiam éguas de surpreendente fecundidade, pois, ao serem bafejadas pelos favónios, concebem do vento e, depois, atacadas pelo cio copulam com os machos, assim se acasalando com o sopro das brisas”<sup>30</sup>. No entanto, até chegarmos aos cavalos que existiam no final da época medieval, parece ter-se processado um fenómeno muito lento de manipulação da espécie equina, que se foi desenvolvendo ao longo de vários séculos, ao qual a Península Ibérica não foi alheia<sup>31</sup>.

De uma forma geral, os equídeos da época medieval não teriam a estatura de um cavalo atual.<sup>32</sup> Contudo, será correto considerar que estes animais eram pequenos para a época em que se inseriam? Um estudo zoológico recente considerou um total de quase 200 ossos de cavalo, retirados de 38 sítios arqueológicos em Londres<sup>33</sup>. Este trabalho permitiu analisar vestígios de equídeos num intervalo de tempo que se estende desde 1220 até 1900. O período considerado entre 1220 e 1350, que mais nos interessa, demonstrou que a altura média da cernelha daqueles

<sup>27</sup> DAVIS, Ralph H. C. – *The Medieval Warhorse*. London: Thames and Hudson, 1989, p. 6.

<sup>28</sup> MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal*, p. 151.

<sup>29</sup> MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 268. Acerca da qualidade dos equídeos hispânicos, ver também os diversos argumentos apresentados por: MORALES MUÑIZ, Dolores C.– “El caballo en la Edad Media. Un estado de la cuestión”. In *Sociedad Española de Estudios Medievales – Homenaje al profesor Eloy Benito Ruano*. Murcia: Universidad de Murcia Servicio de Publicaciones, 2010, pp. 538-539.

<sup>30</sup> “*In cuius pascuis eque lasciuunt mira fecunditate. Nam aspirate fauoniis uento concipiunt et postmodum sitientes cum maribus coeunt; sic aurarum spiritu maritantur*”, NASCIMENTO, Aires A. – *A conquista de Lisboa aos Mouros*. 3ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2018, pp. 79-81.

<sup>31</sup> MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 268.

<sup>32</sup> THOMAS, Richard [et. al.] – “The brede of good & strong Horsis: zooarchaeological evidence for size change in horses from early modern London”. *Post-Medieval Archaeology* 52/2 (2018), pp. 224-238.

<sup>33</sup> THOMAS, Richard [et. al.] – “The brede of good & strong Horsis”, pp. 224-238.

animais era de 1,42 metros e a estatura máxima verificada de 1,63 metros<sup>34</sup>. É de destacar que estas medidas não incluem o pescoço e a cabeça do cavalo, uma vez que usualmente se utiliza a cernelha como ponto máximo para a medição da altura. Embora estes cavalos não pareçam propriamente grandes, devemos ter em conta que a estatura do homem na Idade Média não seria igual à de hoje. Um estudo que se dedica à estatura dos indivíduos que habitaram Portugal, desde o Mesolítico até ao século XX, apresenta duas estimativas, calculadas segundo diferentes fatores, para a estatura do Homem medieval em Portugal, sendo uma de 161cm e outra de 160cm<sup>35</sup>.

Assim, se estabelecermos uma comparação entre o maior cavalo analisado em Londres entre 1220 e 1350, no estudo antes referido, e a altura normal de um indivíduo do sexo masculino, podemos perceber que um homem comum medieval seria, sensivelmente, da mesma altura da cernelha de um cavalo de grandes dimensões. Caso o pescoço e cabeça do cavalo fossem tidos em conta, a altura deste animal superaria largamente a altura de um homem<sup>36</sup>.

No território português medieval, os maiores interessados na criação de gado cavalari seriam os monarcas. Porém, também temos nesta equação os grandes senhores, as instituições eclesiásticas seculares e regulares, sobretudo os senhorios monásticos e os das ordens religiosas militares. Dificilmente, alguém de fora destes grupos poderia ter uma criação de cavalos, pelo menos em número considerável. Isto porque, como mostra Miguel Gomes Martins, a criação de cavalos seria extremamente dispendiosa. Era necessário ter éguas e um bom garanhão, um espaço devidamente vedado com vastas pastagens e acesso a um abastecimento de

---

<sup>34</sup> THOMAS, Richard [et. al.] – “The brede of good & strong Horsis”, p. 225.

<sup>35</sup> CARDOSO, Hugo; GOMES, J. – “Trends in Adult Stature of Peoples who Inhabited the Modern Portuguese Territory from the Mesolithic to the Late 20th Century”. *International Journal of Osteoarchaeology* 19 (ago. 2008), pp. 711-725.

<sup>36</sup> Destaco que a comparação é feita entre indivíduos que habitaram o território português, na Idade Média, e equídeos da cidade de Londres medieval. Apesar de não ser uma comparação ideal, a utilização do estudo anglo-saxónico afigura-se como a melhor aproximação que temos da realidade medieval portuguesa, uma vez que não existem estudos aprofundados relativos à estatura de equídeos no espaço português. Realço ainda que recorro, em ambos os casos, ao valor médio de estaturas, pelo que poderia haver, tanto pessoas como equídeos, com estaturas superiores, ou inferiores, daquelas que são apresentadas e que no caso dos cavalos de guerra seriam, certamente, os de maior dimensão.



água e ainda um conjunto de trabalhadores, entre os quais constariam, certamente, “especialistas” em adestramento e tratamento de doenças<sup>37</sup>. Era uma autêntica empresa que apesar de todas as despesas poderia estar longas temporadas sem conseguir produzir as montadas desejadas.

Podíamos destacar neste contexto as herdades chamadas “cavalarias”, intimamente ligadas ao cavaleiro-vilão. Contudo, estas não seriam criações de cavalos. Como indica José Mattoso, seriam “préstamos concedidos pelo rei em troca de serviço militar a título pessoal”<sup>38</sup>. Desta forma, podemos associar estas “cavalarias” a um serviço a cavalo prestado ao rei. No entanto, não podemos afirmar que estas terras teriam criações de gado cavalariço. Não podemos esquecer-nos da diferença entre manter um cavalo, por si só já bastante dispendioso, e manter uma produção de cavalos, cujas despesas são largamente mais avultadas.

De forma a atestar a antiguidade da criação de cavalos no espaço que hoje é Portugal, podemos recuar à Alta Idade Média. Encontramos no testamento de Mumadona Dias, entre muitos outros bens, a referência a 30 cavalos, 50 machos e mulas, 70 éguas, 3 machos reprodutores e quatro burros<sup>39</sup>. Estamos aqui perante uma evidente situação de procriação, não só por indicar separadamente os cavalos reprodutores dos restantes, mas também evidenciada pela enorme quantidade de éguas. Este documento mostra-nos não só que em pleno século X havia criação de cavalos, como nos revela que já havia uma manipulação da espécie para o apuramento das montadas, através da seleção dos melhores garanhões para a reprodução de novos animais.

A criação de cavalos podia acontecer de três diferentes maneiras: a primeira era ter uma eguada e um garanhão, tal como acontece na natureza, deixando que a reprodução acontecesse de forma natural; a segunda era escolher o melhor garanhão e deixá-lo cobrir todas as éguas que conseguisse durante a época de

---

<sup>37</sup> MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, pp. 271-272.

<sup>38</sup> MATTOSO, José – *Identificação de um País*, p. 421.

<sup>39</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. I, p. 47, p. 959.

acasalamento; a terceira seria fazer uma reprodução seletiva onde tanto o macho como a fêmea fossem previamente escolhidos<sup>40</sup>.

No caso da criação cavalariça referida no testamento de Mumadona Dias poderia tratar-se da utilização da segunda técnica. Naquele contexto seriam três machos selecionados, que acasalariam com as 70 éguas e porventura não estariam todos reunidos num único espaço, mas sim dispersos em várias herdades.

Estes números (cerca de 23 éguas por cavalo) correspondem aos que, mais tarde, surgem nas *Ordenações Afonsinas*: “cavallo de cavallagem que seja fremoso, e bem pensado, e seu dono fezer certo, que em cada huum anno cavalgua, e segura vinte éguas”<sup>41</sup>. Tendo em conta que o período de gestação de uma égua dura cerca de 11 meses<sup>42</sup>, se todas as 70 éguas estivessem em período fértil, Mumadona Dias produziria um número bastante considerável de equídeos anualmente.

Quanto aos monarcas, é certo que tinham as suas criações e que eram os maiores interessados na existência de um grande número de cavalos em todo o reino. Miguel G. Martins destaca, acerca deste assunto, o facto de os monarcas deverem dotar com cavalos os cavaleiros da sua mesnada, pelo menos a partir da centúria ducentista<sup>43</sup>. Também destaca, referindo-se a Sancho II, o testamento deste monarca, pelo qual deixava metade dos seus cavalos à Ordem de Avis e outra metade à de Santiago<sup>44</sup> e, ainda, a sua tia D. Mafalda que deixou a sua eguada à Ordem de Avis<sup>45</sup>.

Para além destes testemunhos, que só por si já indiciam que os monarcas teriam as suas próprias criações de cavalos, podemos acrescentar outros. É o caso do “*livro dos degredos e constetuiçoens que fez o mui nobre Dom Afonço, o quinto Rey de Portugal que foi*”, de 11 de abril de 1258, onde está, no segundo decreto, a indicação

---

<sup>40</sup> MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, pp. 268-269.

<sup>41</sup> *Ordenações Afonsinas*. Notas de Mário J. de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, vol. I, título LXXI, cap. VII, p. 493.

<sup>42</sup> SILVA, Ana Teresa – *Hipologia - guia para o estudo do cavalo*. Lisboa: Lidel, 2013, p. 141.

<sup>43</sup> MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 269.

<sup>44</sup> BRANDÃO, António – *Quarta Parte Da Monarchia Lusitana*. Lisboa: Mosteiro de S. Bernardo, 1632, parte IV, f. 169v.

<sup>45</sup> MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 269.

para o rei não ter outras bestas na estrebaria senão quatro cavalos para éguas<sup>46</sup>. Num outro documento, de janeiro de 1261, também referente a legislação, encontramos a indicação de que os potros das éguas do rei, após os dois anos de idade, deveriam ser dados a quem o soberano quisesse, de forma a não ter aqueles animais às suas custas<sup>47</sup>. Torna-se evidente, através destes testemunhos, que o rei D. Afonso III produzia as suas próprias montadas e, ainda, que utilizava os potros, criados por si, para oferecer a quem entendesse de forma a reduzir os custos da criação destes animais.

Recuando ao reinado de D. Sancho I, aliás, encontramos indicações que nos mostram que também este rei já teria criações de cavalos. Em janeiro de 1208, o monarca faz uma doação ao convento da Santíssima Trindade de Santarém, pela qual entregava aos trinitários, entre outros bens, éguas suas que tinha naquela região<sup>48</sup>. Notemos que não refere cavalos, mas sim éguas, o que nos leva a supor que seria um incentivo à criação cavalar. Ainda sobre Sancho I podemos destacar as éguas de Soure, que deixa ao Mosteiro de Santa Cruz, no seu segundo testamento, e ainda as éguas que tinha em Santarém, que deixa ao *Hospitale Captivorum*, entre outros animais<sup>49</sup>.

Sabe-se, ainda, que D. Afonso Henriques teria também as suas produções de gado cavalar e que patrocinava mosteiros para que pudessem ter as suas criações. Temos o caso do *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vicentii Ulixbone*, ou Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa, que contém a seguinte passagem: a partir de então, passou o rei a entregar a essa igreja campos, vinhas, hortas, moinhos, gado ovino, cavalar, bovino, suíno, e as demais coisas necessárias à

<sup>46</sup> “ElRey nom tenha nem faça ter outras bestas na estrebaria senom quatro cavalos pera egoas”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et consvetvdines*. Lisboa: Typis Academicis, 1856, vol.I, fasc. II, p. 198, 1258, abril, 11.

<sup>47</sup> “E os poldros das egoas dElRey andem com as egoas ataa dous annos e dês alli em deante dê os ElRey a quem quizer e nom os tenha mais aa sa custa”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 200, 1261, janeiro.

<sup>48</sup> “do meas terras quas habeo in campo de Erreas, et casalia ejus et meas vaccas, meas oves, meas equas, meos porcos et haereditates, quas ibi habeo”, AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, doc. 173, p. 264, 1208, janeiro.

<sup>49</sup> AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I*, doc. 194, p. 299, 1210, outubro.

manutenção dos irmãos nela residentes<sup>50</sup>. Na primeira alçada das inquirições de 1258, no atual julgado de Nóbrega, aparece outra referência semelhante, dizendo “que este davandito Moesteiro fez elRey don Alfonso I de Portugal, et poblou de bois et de vacas et de eguas et de seu ganado”<sup>51</sup>.

Para além das doações régias de éguas, que já fomos referindo, há outros indícios de que as instituições eclesíásticas teriam as suas criações de equídeos. Podemos dar como exemplo, ainda ligado à figura de Afonso Henriques, o documento que regista a requisição, por parte do primeiro rei de Portugal, de dez éguas com os seus potros e uma égua avaliada em 500 soldos, à abadessa de Paderne (c. Melgaço), no ano de 1141<sup>52</sup>. Outro caso é o de uma abadia cisterciense que, provavelmente, faria criação de cavalos: o Mosteiro de Fiães. Para esta abadia em concreto, é possível encontrar referências a compras de herdades que este mosteiro fazia, pagando com potros, éguas e até cavalos. Vejamos: em 1221, os monges compram uma herdade e pagam com uma égua e a sua cria, entre outros bens<sup>53</sup>; em 1226 regista-se a compra de um casal pelo preço de um bom cavalo<sup>54</sup>; em 1246, finalmente, assinala-se a aquisição de uma herdade que foi paga com um bom potro<sup>55</sup>.

Outro tipo de documentos que nos atestam a grande quantidade de equídeos que estava na posse dos mosteiros são as doações, que lhes eram feitas por aqueles que queriam garantir a salvação das suas almas, onde se encontram referências frequentes a éguas e a cavalos, entre outros bens, móveis ou imóveis. Temos, por exemplo, o caso do Mosteiro de São Mamede de Lorvão. Foi possível identificar, para

---

<sup>50</sup> “*Et ex inde cepit rexe idem ecclesie delegare agros, vineas, ortos, molendina, greges ouium, equarum, armentorum, porcorumque, et cetera stipendiis fratrum in ea commorantium necessaria*”, a tradução de Aires A. Nascimento não foi utilizada no corpo de texto, tendo sofrido algumas alterações, NASCIMENTO, Aires A. – *A conquista*, p. 194.

<sup>51</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*. Lisboa: Typis Academicis, vol.I, fasc.III, 1891, p. 415, 1258.

<sup>52</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 186, p. 229, 1141, abril, 16.

<sup>53</sup> MARQUES, José – *O Cartulário do Mosteiro de Fiães*. vol.1. Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço, 2016, doc. 116, p. 97, 1221, outubro, 18.

<sup>54</sup> MARQUES, José – *O Cartulário*, doc. 411, p. 268, 1226.

<sup>55</sup> MARQUES, José – *O Cartulário*, doc. 113, p. 95, 1246.

este claustro, documentos dos anos 907<sup>56</sup>, 935<sup>57</sup>, 954<sup>58</sup> e 967<sup>59</sup>. Em todos eles aparecem referências a gado cavalari, seja cavalos, éguas, mulos ou burros. Embora as menções aos animais surjam sempre no plural, não é possível precisar quantos seriam. Não deixa, de qualquer maneira, de representar um número considerável de equídeos que o Mosteiro de São Mamede de Lorvão ia recebendo. Também foi possível encontrar, tal como no Mosteiro de Fiães, uma compra dos monges lorvanenses feita com um equídeo<sup>60</sup>. Neste caso, aliás, compraram tudo o que possuía o muçulmano Oborroz, em Botão (c. Coimbra), por uma égua prena.

Outro exemplo é o Mosteiro de S. João de Tarouca. Na documentação deste instituto cisterciense também é possível encontrar referências a doações, onde constam cavalos, e compras de propriedades pagas com equídeos. Para o primeiro caso foi identificada uma doação em 1175<sup>61</sup> e outra em 1228<sup>62</sup>. Para o segundo caso, também foi possível encontrar outros dois documentos, um de 1170<sup>63</sup> e outro de 1176<sup>64</sup>.

Assim, se reunirmos os documentos que expõem o gado cavalari que os reis doavam aos mosteiros e conventos, as compras que estes faziam com equídeos, as frequentes doações de animais que recebiam e a vasta propriedade que detinham, torna-se difícil não considerar que haveria uma importante criação de cavalos nestas instituições, compreendendo-se, ainda, que tenha sido no seio das mesmas que se vieram a escrever ou compilar alguns tratados dedicados justamente a estes

<sup>56</sup> NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (estúdios)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación «SanIsidoro», 2008, doc. 19, p. 624, 907, abril, 13.

<sup>57</sup> NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum*, doc. 4, p. 599, 935, setembro, 11.

<sup>58</sup> NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum*, doc. 73, p. 703, 954, março, 11.

<sup>59</sup> NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum*, doc. 2, p. 595, 967, julho, 24.

<sup>60</sup> NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum*, doc. 15, p. 617, 1018?

<sup>61</sup> FERNANDES, Armando de Almeida – *Taraucae monumenta histórica: I Livro das doações de Tarouca*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca, 1991-1993, doc. 316, p. 259, 1175, maio, 21.

<sup>62</sup> FERNANDES, Armando de Almeida – *Taraucae monumenta*, doc. 459, p. 377, 1228, junho.

<sup>63</sup> FERNANDES, Armando de Almeida – *Taraucae monumenta*, doc. 359, p. 294, 1170, março, 1.

<sup>64</sup> FERNANDES, Armando de Almeida – *Taraucae monumenta*, doc. 229, p. 194, 1176, abril, 28.

animais, como foi o caso de Bernardo, o Português, que era, muito provavelmente, religioso regular<sup>65</sup>.

Para além dos monarcas, mosteiros e conventos, os grandes senhores também teriam as suas criações de gado cavalariço. De outra forma não seria possível que Egas Moniz deixasse em testamento, no ano de 1081, toda a sua criação de mulos, mulas, cavalos e éguas<sup>66</sup>. Outro caso é o do famoso conde de Coimbra, Sesnando Davides, que, em 1087, também faz referência ao seu gado de vacas e de cavalos<sup>67</sup>.

Entrando no meio clerical também podemos destacar neste tópico o bispo de Coimbra, Julião, que, em 1089, testava *omnes boues et uacas et equas quas habeo*<sup>68</sup>. Neste último caso atente-se, mais uma vez, na utilização do termo *equas* (éguas) e não *equos* (cavalos).

Já em pleno século XIII é possível identificar algumas pistas de que João Peres de Aboim também teria ligação à criação de cavalos, desde logo a doação régia que recebe, a 16 de novembro de 1259, de umas casas, adega e cavalariça na alcáçova de Santarém<sup>69</sup>. Para além disso, em março de 1263, podemos encontrar duas compras que João Peres de Aboim faz, pagando-as com bons potros<sup>70</sup>.

Para finalizar, não podemos esquecer o papel das Ordens Militares na criação de montadas. Neste caso, a grande motivação seria, por um lado, a criação de bons cavalos de guerra e por outro a criação de bestas de carga capazes de carregar todo o equipamento necessário numa campanha militar. Estes dois tipos de equídeos aparecem, em grande quantidade, num documento de 1282. Neste documento

<sup>65</sup> NICOLÁS, H. La Fuente – *Das Werk Los siete libros del arte de la ciencia de la albeitería des Fray Bernardo Portugés*. Munich: Ludwig-Maximilians Universität München, 2012. Tese de Doutoramento, pp. 28-34.

<sup>66</sup> “*Tota mea criazone siue de mulos uel mulas et de kauillos vel equas*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*. Lisboa: Typis Academicis, vol. I, fasc. III, 1870, p. 361, 1081.

<sup>67</sup> “*Meo ganato de meis uaccis aut de meis equis*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 405, 1087.

<sup>68</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 434, p. 1089.

<sup>69</sup> AZEVEDO, Pedro de; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Livro dos bens de D. João de Portel: cartulário do século XIII*. Lisboa: Colibri, 2003, doc. XXIX, p. 38, 1259, novembro, 16.

<sup>70</sup> AZEVEDO, Pedro de; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Livro dos bens*, doc. CLXV, p. 102, 1263, março; AZEVEDO, Pedro de; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Livro dos bens*, doc. CLXVI, p. 102, 1263, março.

consta um acordo em que Ramon Marquet, cidadão de Barcelona, e Romeu Burguet, comandante templário de Palau-solità, se comprometem a transportar Lourenço Martins, lugar-tenente do mestre da Milícia do Templo no reino de Portugal, de Barcelona para Acre. Com ele levaria quatro freires com os seus escudeiros e entre 45 a 50 equídeos, entre os quais estariam cavalos e bestas muares<sup>71</sup>. Veja-se a enorme quantidade de equídeos que apenas cinco freires da Ordem do Templo, com os seus escudeiros, levavam numa expedição.

Embora a presença de Ordens Militares no espaço português remonte a D. Teresa, o seu desenvolvimento em Portugal, e na Península Ibérica, deu-se apenas em meados do século XII<sup>72</sup>. Neste sentido, as informações que as fontes nos transmitem são bastante escassas neste espaço temporal, sendo mais generosas nos séculos XIV e XV.

De qualquer maneira, é bastante provável que as Ordens Militares produzissem cavalos em Portugal a partir do momento em que começaram a ter os seus domínios. Tal como mostra Miguel G. Martins, “cada uma das praças fortes tuteladas pelas ordens militares teria, para além do seu arsenal, as suas próprias cavalaria, algumas das quais com um elevado número de montadas”<sup>73</sup>. Destaca ainda o caso de Aljustrel, onde durante o reinado de D. Sancho II a Ordem de Santiago teria uma importante reserva de cavalos<sup>74</sup>. Estes testemunhos, embora sejam claros quanto à existência de cavalos nos domínios das Ordens Militares, não o são quanto à criação dessas montadas. Seriam produzidas nas imediações dos seus castelos? Seriam apenas fruto de doações e saques de guerra?

Assim, a criação da espécie equina parece ter sido uma prática habitual durante toda a Idade Média portuguesa, existindo mesmo antes da formação do Reino de Portugal. Os diferentes grupos identificados como intervenientes neste processo fazem realçar dois fatores comuns a todos eles: a grande capacidade económica e de posse de terras.

---

<sup>71</sup> JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. 1ª ed. Paris: Les Belles Lettres, 2019, doc. 3.

<sup>72</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota - A Guerra na Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, p. 28.

<sup>73</sup> MARTINS, Miguel Gomes – “Armas e cavalos”, p. 319.

<sup>74</sup> MARTINS, Miguel Gomes – “Armas e cavalos”, p. 319.

## Terminologia medieval para a caracterização do cavalo

A identificação dos equídeos, feita nas fontes medievais, expressa-se de diversas formas e partindo de diferentes características. Dedicamos alguns considerandos à interpretação das denominações empregues na referência de diferentes animais.

As mais comuns, e mais óbvias, referem-se às diferentes espécies e ao seu género: *equo, equa, mulo, mula, asino, asina*. Fazendo referência ao cavalo, égua, mulo, mula, burro e burra. Para além destas diferenciações, os documentos distinguem também, por exemplo, o *pullo*<sup>75</sup>, como sendo a cria da burra, ou a *filia*, para fazer referência à cria de uma égua: *una equa et sua filia*<sup>76</sup>, ou, mais comumente, o *poldrum*<sup>77</sup> que podemos traduzir à letra para poldro ou potro. Fazendo uso deste último vocábulo, também foi possível detetar uma menção que identificava uma *equa apoldrada*<sup>78</sup>, numa clara alusão a uma égua prenha.

Por vezes, para além da identificação anteriormente referida, pode surgir um adjetivo, como por exemplo: *Kauallo bono*<sup>79</sup> ou *kaballo obtimo*<sup>80</sup>, ou a identificação do animal através da sua dimensão: *equa media*<sup>81</sup>. Um caso mais curioso, que surge em 1260, identifica um *pullo equi capistrario*<sup>82</sup>, isto é, um potro com o seu cabresto. Este animal está assim referido porque poderia, porventura, ser demasiado novo para ter sela, sendo por isso levado pelo cabresto e talvez também servisse para indicar que este animal era domesticado. Esta suposição torna-se mais credível quando nos deparamos com referências a éguas bravas que também podiam ser utilizadas como moeda de troca. Temos, para este caso, dois exemplos: um do ano 1088<sup>83</sup> e outro de 1102<sup>84</sup>.

<sup>75</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. IV, p. 488, 1095.

<sup>76</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 460, 1092.

<sup>77</sup> AZEVEDO, Pedro de; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Livro dos bens*, doc. CLXV, p. 102, 1263, março.

<sup>78</sup> NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum*, doc. 15, p. 617, 1018?

<sup>79</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 267, 1060.

<sup>80</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 124, p. 147, 1132, abril.

<sup>81</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 359, 1081.

<sup>82</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et consvetvdines*, vol. I, fasc. V, Lisboa: Typis Academicis, 1866, p. 696, 1260.

<sup>83</sup> “*Et accepimus de vobis in precio III equas bravvas*”, COSTA, A. de Jesus, MARQUES, José – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016, t. 1, doc. 297, p. 447, 1088, abril,1.

<sup>84</sup> “*accepit de nos III equas bravvas*”, COSTA, A. de Jesus, MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 315, p. 464, 1102.



No entanto, surgem descrições bastante mais minuciosas, referindo-se a um animal pela cor, ou cores, da sua pelagem. Estas permitiam diferenciar com maior clareza um determinado equídeo. É de realçar que as tonalidades descritas nas fontes de índole contratual, que iremos analisar, tinham um propósito prático de identificação e não uma carga simbólica.

Neste campo, já Isidoro de Sevilha, entre finais do século VI e inícios de VII, estabelecia algumas “cores que devem ter-se em conta”<sup>85</sup>. No livro XII, “*De animalibus*”, das *Etimologias*, o autor apresenta-nos os termos: *badius* (baio), *aureus* (dourado), *roseus* (avermelhado), *myrteus* (murzelo)<sup>86</sup>, *cervinus* (loiro escuro)<sup>87</sup>, *gilvus* (cinzento<sup>88</sup> ou creme)<sup>89</sup>, *glaucus* (glauco), *scutulatus* (malhado; manchas de várias formas e cores)<sup>90</sup>, *canus* (cinzento claro ou prateado), *candidus* (branco brilhante), *albus* (branco), *guttatus* (malhado com pintas pretas) e *niger* (negro).

Esta prática, de identificar um animal através dos seus traços físicos mais marcantes, ter-se-á mantido durante toda a Idade Média, chegando mesmo aos dias de hoje<sup>91</sup>. É certo, também, que em tempos anteriores ao medievo esse procedimento seria recorrente. De outra forma não seria possível que Isidoro tivesse por base textos da Antiguidade Clássica de autores como *Rutilius Taurus Aemilianus Palladius* ou *Aulo Gelio*<sup>92</sup>.

Nesta temática da identificação das pelagens, o caso mais curioso, por ter como interveniente D. Afonso Henriques, aparece-nos numa venda de um casal a *Paio*

<sup>85</sup> SEVILHA, Isidoro de – *Etimologías*, p. 897.

<sup>86</sup> Tradução feita com base na interpretação de: PASCUAL BAREA, Joaquín– “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”. *Studia Philologica Valentina* 17/14 (2015), p. 99.

<sup>87</sup> Tradução que conjuga a sugestão de J. P. Barea com a tradução de J. O. Reta e M. A. M. Casquero. PASCUAL BAREA, Joaquín– “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, p. 98; SEVILHA, Isidoro de – *Etimologías*, p. 897.

<sup>88</sup> SEVILHA, Isidoro de – *Etimologías*, p. 897.

<sup>89</sup> PASCUAL BAREA, Joaquín– “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, p. 93.

<sup>90</sup> “Como el guttatus (‘blanco pálido con puntos negros’), scutulatus (literalmente ‘con escudos’), es otro color con manchas, pero de mayor tamaño y de distinta forma y colores”; PASCUAL BAREA, Joaquín– “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, p. 95.

<sup>91</sup> Atualmente as denominações, para caracterizar cavalos através da sua pelagem, são preservadas e utilizadas no mundo da equitação. Embora tenham sofrido algumas alterações, quanto aos seus significados, ainda se encontram semelhanças com os termos medievais. Acerca deste assunto ver: SILVA, Ana Teresa – *Hipologia*, pp. 225-248.

<sup>92</sup> PASCUAL BAREA, Joaquín – “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, p. 81.

*Braga*. Lê-se neste documento que o rei aceita, a 25 de setembro de 1146, como pagamento, um cavalo murzelo<sup>93</sup>, isto é, um cavalo totalmente preto<sup>94</sup>. Este vocábulo pode ser interpretado, também, como preto com tons avermelhados, semelhante à cor de uma amora<sup>95</sup>. Esta coloração surge noutros documentos e com algumas variantes na sua escrita. Em 1088 aparece um *cavallo colore maurizello*<sup>96</sup>, em 1101 um *cavallum maurcellum*<sup>97</sup> e em 1188, no primeiro testamento de Sancho I, surge um *runcinum murzelum*<sup>98</sup>.

Aparece também o termo *roselo* visível em diversos contratos de venda. Esta coloração foi encontrada em diversos documentos datados de: 1041<sup>99</sup>, 1045<sup>100</sup>, 1048<sup>101</sup>, 1074<sup>102</sup>, 1080<sup>103</sup>, 1091<sup>104</sup>, 1092<sup>105</sup>, 1100<sup>106</sup> e 1110<sup>107</sup>. Segundo Bluteau, rusilho ou rosilho é a “cor tirante a Rosa, e branca, pelo de huma cor, e pelo de outra”<sup>108</sup>. Porém, para este termo, podemos contar ainda com outra definição onde se considera: “rosillo, de pelo misturado de branco, preto e castanho”<sup>109</sup>.

Isidoro de Sevilha fala-nos do *roseus*<sup>110</sup> que significa rosa em latim, e que Jose Oroz Reta traduz para o espanhol *rojizo* que em português podemos ler como avermelhado ou apurpurado. Joaquín P. Barea, que escreveu “*Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla*”, mostra-nos a ligação que o *roseus* tem com

<sup>93</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 219, p. 270, 1146, setembro, 25.

<sup>94</sup> SILVA, Joaquim Carvalho – *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*. 2ª ed. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009, p. 196.

<sup>95</sup> MENÉNDEZ PIDAL, Ramón– *Léxico Hispánico Primitivo: Siglos VII al XII*. 1ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 2003, p. 400.

<sup>96</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 126, p. 220, 1088, junho, 15.

<sup>97</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 161, p. 272, 1101, setembro, 7.

<sup>98</sup> AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I*, doc. 31, p. 50, 1188.

<sup>99</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. II, Lisboa: Typis Academicis, 1869, p.191, 1041.

<sup>100</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 206, 1045.

<sup>101</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 222, 1048.

<sup>102</sup> COSTA, A. de Jesus, MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 262, p. 412, 1074, abril, 1.

<sup>103</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 352, 1080.

<sup>104</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 446, 1091.

<sup>105</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 463, 1092.

<sup>106</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 154, p. 261, 1100, maio, 20.

<sup>107</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 387, p. 550, 1110, outubro, 22.

<sup>108</sup> BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 402.

<sup>109</sup> MENÉNDEZ PIDAL, Ramón– *Léxico Hispánico Primitivo*, p. 559.

<sup>110</sup> SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, p. 896.

o vermelho e de seguida faz a ligação dessa mesma cor com o tom alazão<sup>111</sup>. Conclui, após uma breve explicação, que o *roseus* que Isidoro refere, em relação à pelagem do cavalo, é um misto de castanho e vermelho<sup>112</sup>. Porém, tanto a versão de Joaquin P. Barea para o vocábulo *roseus*, como a que consta no *Glossário do léxico primitivo iberorromânico*, não correspondem à definição de rosilho dada por Raphael Bluteau que diz ser uma “cor tirante ao rosa e branca com pelo de uma cor e de outra”, significado que vai no mesmo sentido da definição latina de *roseus*, rosa.

Assim, parece-me difícil negar a ligação do *roselo* ao avermelhado/rosado. Essa negação é feita na definição do *Léxico hispânico primitivo* que apenas remete para o branco preto e castanho. No entanto, fica a dúvida se estamos perante cavalos cuja pelagem era uma mistura de pelos brancos com pelos vermelhos, criando no seu conjunto um tom rosado. Ou, por outro lado, se o vocábulo *roselo*, do século XI, tem alguma ligação ao *roseus*, dos séculos VI-VII, que Joaquin P. Barea diz ser um castanho avermelhado, ou alazão.

Outro termo utilizado na documentação medieval é o *baio*. Esta palavra, no contexto medieval, remete-nos de imediato para o cartulário Baio-Ferrado do Mosteiro de Grijó que curiosamente adota esta denominação. De facto, esta designação não se referia apenas ao cavalo em geral, mas sim a um tipo específico que iremos tratar de seguida.

No livro “*De Animalibus*” é feita a referência ao *badius*<sup>113</sup> (baio em português). Isidoro de Sevilha faz uma análise a esta tonalidade referindo que ao cavalo baio os antigos chamavam *vadium* por ser aquele que corria com mais potência (*vadere*). Refere que também se dá a denominação de *phoenicatus* ou até *spadix*, que deriva da cor da palmeira à qual os sículos chamavam *spadica*<sup>114</sup>. Esta interpretação etimológica, no entanto, carece de fundamento científico<sup>115</sup>.

<sup>111</sup> Por alazão entenda-se: castanho avermelhado.

<sup>112</sup> PASCUAL BAREA, Joaquín- “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, pp. 85-86.

<sup>113</sup> SEVILHA, Isidoro de - *Etimologias*, p. 896.

<sup>114</sup> SEVILHA, Isidoro de - *Etimologias*, pp. 897-898.

<sup>115</sup> SEVILHA, Isidoro de - *Etimologias*, p. 896.

Joaquín P. Barea aborda estas associações feitas por Isidoro de Sevilha e aprofunda essa temática. Todavia, o que nos interessa é o conceito que atribui ao baio que, para esse autor, seria um cavalo castanho claro. Explica-nos que Isidoro, Paladio e Quirón distinguiram o alazão do baio ainda que ambos, com as suas distinções, pudessem estar incluídos dentro da *gama rojiza*, ou seja, avermelhada. Completa dizendo que Isidoro identifica o baio com o *spadix*, porque ambos são castanhos ainda que o baio possa ser mais claro<sup>116</sup>.

Será neste sentido que Raphael Bluteau aponta o baio como “cor vermelha, mais, ou menos subida”<sup>117</sup>. Parece seguro, tendo em conta os factos, apontar para a possibilidade de o tom do baio, na documentação posterior ao século X, ser efetivamente o castanho claro, como seria nos séculos VI-VII.

Temos como exemplo da utilização do termo baio um contrato de venda de 1043, que faz referência a um *kaualo baio*<sup>118</sup>. Outros dois contratos, de 1075<sup>119</sup> e 1085<sup>120</sup>, também se referem a esta cor utilizando o vocábulo *baium*. Há, ainda, um contrato de venda, de 1134, retirado do cartulário Baio-Ferrado do Mosteiro de Grijó<sup>121</sup>. Estranho seria se esta coloração não fosse encontrada nesse cartulário. Já em finais do século XII foi possível voltar a identificar esta pelagem<sup>122</sup>.

Um documento, datado de 1043, apresenta-nos algo mais complexo: um *caualo colore bagio nasino*<sup>123</sup>. Quanto ao termo “bagio” é seguro associá-lo ao baio, tal como indica o glossário do *Léxico Hispánico Primitivo*<sup>124</sup>. Quanto ao *nasino*, que completa a descrição deste animal, não foi possível encontrar o seu significado. Porém, há uma forte possibilidade de estar ligado à pelagem do burro. Tal como *dosino* significa,

<sup>116</sup> PASCUAL BAREA, Joaquín- “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”, pp. 86-88.

<sup>117</sup> BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino*, p. 16.

<sup>118</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 198, 1043.

<sup>119</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 264, p. 414, 1075, junho, 11.

<sup>120</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 289, p. 439, 1085, abril, 25.

<sup>121</sup> DURAND, Robert – *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó: XIe-XIIIe siècles*. Paris: Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, doc. 114, p. 110, 1134, março, 12.

<sup>122</sup> GOMES, Saúl António – “Entre Memória e História, os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça, (1152-1215)”. *Separata da Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2 (2002), p. 256.

<sup>123</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 199, 1043.

<sup>124</sup> MENÉNDEZ PIDAL, Ramón- *Léxico Hispánico Primitivo*, p.82.

segundo Isidoro de Sevilha, “aquele que tem a cor parecida à do burro”<sup>125</sup>, o termo *nasino* também pode seguir a mesma ordem de ideias. Não deixa, de qualquer modo, de ser apenas uma suposição. Quanto ao termo *dosino* é possível identificá-lo num contrato de venda do ano 900, no atual concelho de Braga. Nesse contrato surge uma menção a um *cavallo dosno*<sup>126</sup>, havendo boas probabilidades de que este termo tenha a mesma conotação que o *dosino* de Isidoro de Sevilha.

Seguimos para outro tom, o raudão. Este termo aparece de diferentes formas na documentação, como por exemplo: *raudana*<sup>127</sup>, *raudane*<sup>128</sup>, *raudam*<sup>129</sup>, *rauane*<sup>130</sup>, *raudiane*<sup>131</sup>, *radan*<sup>132</sup>, *rouane*<sup>133</sup>. Raudão seria, segundo Joaquim C. Silva, cor-de-rosa<sup>134</sup>, ideia que também surge no *Elucidário* de Viterbo. Porém, este segundo, remete-nos para ver “Cavalo Raudão” que diz ser o “cavalo que tinha uma cor tirante a vermelho, a que os latinos chamam *Rubidus*, de onde facilmente se deduziu cavalo ruão, que tem a cor vermelha, com alguma mescla de branca” e acrescenta, “porém se entenderem que seja alazão queimado, ou tostado, e não ruão encendido, não contenderemos”<sup>135</sup>. Já no *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva, aparece-nos que cavalo raudão é o mesmo que rosilho<sup>136</sup>.

Neste panorama, temos a possibilidade de *raudane* ser uma pelagem cor-de-rosa, numa mistura de pelos brancos e vermelhos. Ideia que faria sentido com a associação de Antonio Moraes Silva, entre raudão e rosilho. Isto se considerarmos a versão do tom rosado para o rosilho. Por outro lado, Viterbo também sugere que pode ser, em

<sup>125</sup> SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, p. 899.

<sup>126</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 174, p. 295, 900, junho, 28.

<sup>127</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 237, p. 386, 1050, agosto, 20.

<sup>128</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 234, 1053; COSTA, A. de Jesus, MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 254, p. 405, 1072, maio, 31.

<sup>129</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. II, p. 285, 1067.

<sup>130</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 318, 1074.

<sup>131</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 113, p. 202, 1082, maio, 7.

<sup>132</sup> COSTA, A. de Jesus, MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 133, p. 228, 1095, novembro, 30.

<sup>133</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. IV, Lisboa: Typis Academicis, 1873, p. 537, 1099.

<sup>134</sup> SILVA, Joaquim Carvalho – *Diccionario da Língua Portuguesa Medieval*, p. 234.

<sup>135</sup> VITERBO, Joaquim de S. Rosa – *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2 ed<sup>a</sup>. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865, p. 177.

<sup>136</sup> SILVA, A. de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, t. 2, p. 555.

alternativa, um tom alazão, ou seja, castanho avermelhado, algo que também faria sentido, caso considerássemos que o vocábulo *rosilho* se refere ao castanho avermelhado. Neste caso, tal como no *roselo*, deixaremos a questão em aberto.

O testamento de D. Sancho I também contém informações relevantes para esta temática. Para além de fazer referência a um *runcinum murcelum*— tonalidade já abordada— fala também de um *runcinum ruzum*<sup>137</sup>. Quanto ao termo *runcinum* (rocim), iremos tratá-lo mais adiante. O cavalo *ruzum*, ou ruço, segundo Antonio de Moraes Silva é “esbranquiçado: cor das bestas que têm várias modificações”<sup>138</sup>, dando de seguida exemplos mais específicos: “ruço pombo, argentado, rodado”<sup>139</sup>.

Também podemos encontrar a seguinte definição: “Ruço, ou Russo. Em muitas maneiras se usa desta palavra, falando de cores dos cavalos. Da cor branca se deriva o Ruço rodado, e Ruço queimado, e Ruço cardenho...”<sup>140</sup>, entre outras variantes. O *Léxico Hispánico Primitivo* diz: “rucio, rutio, ruzio, ruzo” provêm do latim “*roscidus*” e têm o significado de “*rucio*”<sup>141</sup>. É, desta forma, bastante provável que no testamento do segundo monarca português o termo *ruzum* se referisse a um cavalo cuja pelagem estava entre o branco e o cinzento, ou um branco-sujo. Para além do testamento do monarca, foram também encontradas mais duas referências a esta tonalidade, em dois contratos de venda. Um deles detetado no Cartulário Baio-Ferrado, no ano 1136, remete para um *caballum ruzum*<sup>142</sup> e o outro, cujo ano não é possível apurar, apresenta um *cavallo rucu*<sup>143</sup>.

As tonalidades apresentadas até agora são as que mais surgem na documentação medieval. Contudo, há outras menos comuns que também têm de ser referidas:

<sup>137</sup> AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I*, doc. 31, p. 50, 1188.

<sup>138</sup> SILVA, A. de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza*, t. 2, p. 648.

<sup>139</sup> SILVA, A. de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza*, t.2, p. 648.

<sup>140</sup> BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino*, p. 393.

<sup>141</sup> Em português leia-se como cinzento ou grisalho. PIDAL, Ramón Menéndez – *Léxico Hispánico Primitivo*, p. 562.

<sup>142</sup> DURAND, Robert – *Le cartulaire*, doc. 303, p. 267, 1136, fevereiro, 5.

<sup>143</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 476, p. 667, janeiro, 18.

*caballo amarelo*<sup>144</sup>, a égua *colore alakada*<sup>145</sup>, o *caballum varum coloris*<sup>146</sup> e o *equum facialuo*<sup>147</sup>. Enquanto a primeira denominação se afigura bastante lógica, tratando-se de um cavalo cuja pelagem tem um tom amarelo, a segunda é precisamente o contrário. Podemos apontar que se trata de uma cor ou tom, uma vez que vem antecedida da palavra *colore*. Foi possível identificar a palavra *alacado*, cujo significado é “relativo à laca”<sup>148</sup>. Por sua vez o vocábulo *laca* remete para “(al-lakk...) tinta vermelha — resina; goma resinosa vermelha utilizada em variados preparados e c/ diversas finalidades”<sup>149</sup>. É assim possível que o vocábulo *alakada* se referisse a um tom avermelhado.

Quanto ao *varum colores* devemos estar perante um cavalo malhado. É certo que noutras tonalidades de pelagem, já referidas, temos pelos de várias cores que em conjunto criam um determinado tom. Porém, neste caso destaca-se o facto de haver várias cores aparentemente separadas, não se tratando de apenas um tom, mas sim um conjunto de tons sobre os quais não dispomos de mais informação. O *facialuo* é muito provavelmente o mesmo que *façalvo*. Esta denominação ainda se mantém atual e serve para identificar o cavalo que tem quase todo o focinho branco<sup>150</sup>.

Depois de terminada esta análise às diferentes tonalidades, falta abordar a caracterização do cavalo feita a partir da função que esse animal seria capaz de desempenhar. À medida que avançamos para o final da Idade Média as diferenças entre cavalos “comuns” e os grandes cavalos de guerra, tornam-se cada vez maiores. Consequentemente tornou-se mais importante a existência de termos que identificassem uma montada pela sua capacidade. Porém, no espaço temporal e

<sup>144</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. IV, p. 511, 1097.

<sup>145</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. I, p. 134, 1012.

<sup>146</sup> DURAND, Robert – *Le cartulaire*, doc. 277, p.246, 1146, setembro, 12.

<sup>147</sup> GOMES, Saúl António – “A Presença das Ordens Militares na Região de Leiria (Séculos XII-XV)”. In FERNANDES, Isabel Cristina F.; PACHECO, Paulo (coord.) – *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 1997, p. 175.

<sup>148</sup> ALVES, Adalberto – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, p. 101.

<sup>149</sup> ALVES, Adalberto – *Dicionário de Arabismos*, p. 583.

<sup>150</sup> COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*. 8ª ed. Porto: Porto Editora, 1999, p. 724.

geográfico que é abordado neste artigo, essas denominações não são tão frequentes como nos séculos seguintes, sendo algumas delas inexistentes<sup>151</sup>.

Aparece no testamento de Gonçalo Fernandes, deão da Sé de Viseu, datado de 1231, que este deixa o seu rocim com a sua sela e um rocim de albarda<sup>152</sup>. Acerca deste vocábulo Viterbo refere: “Carga rocinal, carga de rocim, ou cavalo pequeno, e desmedrado. Nos forais antigos se distinguem expressamente as cargas dos machos, e cavalos, das dos rocins, e asnos, sendo a portagem dos primeiros quase sempre dobrada da dos segundos”<sup>153</sup>. Tal como mostra o documento, há um rocim de sela, utilizado para montar, e outro de albarda. Por albarda entenda-se, uma cobertura com enchimento de palha que se colocava nas bestas de carga de forma a proteger o dorso do animal<sup>154</sup>. O rocim seria, portanto, um cavalo que não teria um grande porte, não deixando por isso de ser utilizado para montar e transportar mercadorias.

Para terminar, resta referir as *azemelas*<sup>155</sup> ou *azimelas*<sup>156</sup> referidas no “Testamento ou manda em que D. Afonso Henriques distribui a soma de vinte e dois mil maravedis, guardada no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra” (1179) e no “Codicilo ao primeiro testamento de D. Sancho” (1188) respetivamente. Este vocábulo, que atualmente se designa azémola, é de origem árabe e servia para fazer referência às bestas de carga<sup>157</sup>. Neste aspeto Viterbo acrescenta que seria “macho, ou mula grande de carga”<sup>158</sup> o que nos mostra que seria, efetivamente, um termo utilizado para animais capazes de transportar pesos avultados.

<sup>151</sup> Vários termos utilizados sobretudo na historiografia estrangeira, mas também na portuguesa, não surgiram na documentação aqui trabalhada. Temos o exemplo dos *destrier*. Dolores C. Muñiz explora diversos termos aplicados a diferentes tipos de cavalos, ver: MORALES MUÑIZ, Dolores C. – “El caballo en la Edad Media. Un estado de la cuestión”, pp. 540-541. VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha – *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, doc.290, p. 276, 1231

<sup>152</sup> VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha – *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, doc.290, p. 276, 1231.

<sup>153</sup> VITERBO, Joaquim de S. Rosa – *Elucidário das palavras, termos, e frases*, p. 194.

<sup>154</sup> BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino*, p. 211.

<sup>155</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 334, p. 436, 1179, fevereiro.

<sup>156</sup> AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I*, doc. 31, p. 49.

<sup>157</sup> MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Léxico Hispánico Primitivo*, p. 78.

<sup>158</sup> VITERBO, Joaquim de S. Rosa – *Elucidário das palavras, termos, e frases*, p. 110.





**Fig. 1 – Pormenor de iluminura que sugere a coloração de um cavalo amarelo.**  
[Fonte: *Apocalipse de Lorvão*, 1189, fol.108v. Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: PT/TT/MSML/B/44. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4381091>].



**Fig. 2 – Pormenor de uma iluminura que sugere a coloração de um cavalo murzelo.**  
[Fonte: *Apocalipse de Lorvão*, 1189, fol.108v. Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: PT/TT/MSML/B/44. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4381091>].

## Abordagem ao custo dos equídeos

Depois de analisarmos as terminologias medievais em torno dos equídeos, seguimos para uma análise aos valores monetários dos mesmos. Neste campo, os contratos de compra e venda medievais são bastante esclarecedores e é essencialmente neles que nos vamos basear. Os valores aqui tratados estão dispostos na **Tabela 1**.

Importa esclarecer, em primeiro lugar, que as descrições destes animais, e o preço que muitas vezes surge logo de seguida, apontam para o facto de haver uma escolha prévia do animal em questão. De facto, não faria sentido estar descrito um cavalo amarelo, ou baio, ou de qualquer outra cor, e de determinado valor, caso esse animal não tivesse sido escolhido previamente e devidamente acordado. Embora nem todos os documentos especifiquem qual a cor ou valor do animal, porventura por haver maior confiança entre as partes desse contrato, muitas vezes é esse o caso.

É de destacar um caso muito curioso que surgiu numa venda, em agosto de 1161, onde Ero Dias e a sua mulher Marinha vendem a D. Nicolau uma herdade em Bassim e em Forniçô (c. Viseu) por um cavalo<sup>159</sup>. Neste manuscrito surge, após o término do contrato, a seguinte indicação: “*et est apreciado isto cavalo*”. Este acrescento mostra, claramente, que havia um animal em específico que importava identificar no contrato, ao ponto de se registar esta afirmação mesmo após o contrato estar redigido e “trancado” por um traço.

Para os séculos X, XI e inícios de XII, são comuns as transações em que não se utiliza a moeda. A. H. Oliveira Marques destaca até: “Foi já calculado que, para o período de 1040-1120, as vendas em géneros em Leão e Castela predominaram, com pagamentos em gado, cereais e outros produtos, mesmo que avaliados em unidades de conta. Outro tanto terá sucedido na região portuguesa”<sup>160</sup>. É precisamente nestas transações que é possível identificar o custo dos equídeos que surgem na

---

<sup>159</sup> VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha – *Diplomatário*, doc. 130, p. 164, 1161, agosto.

<sup>160</sup> MARQUES, António H. de Oliveira – “A circulação e a troca de produtos”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, António H. (dir.), COELHO, Maria. H.; HOMEM, Armando C. (coord.) - *Portugal em Definição de Fronteiras: 1096-1325: do Condado portugalense à crise do século XIV*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 523.

documentação medieval, muitas vezes, como bens de enorme valor, capazes de colmatar a falta de uma circulação de moeda mais generalizada.

Em meados do século XII, a situação começa a inverter-se devido a uma crescente circulação monetária, muito favorecida pela introdução da moeda muçulmana. Assim, multiplicar-se-á em Portugal o *dinar* almorávida que se vulgarizou com o nome de morabitino, podendo também surgir na documentação medieval portuguesa com o nome maravedi. O *dirham* de prata também acabou por assumir essas duas denominações<sup>161</sup>. De facto, nos dados aqui apresentados, relativos aos valores dos equídeos, encontramos a primeira referência a maravedis no ano de 1129<sup>162</sup>. Até então, todos os dados são em soldos ou moios e, mesmo depois de 1129, continuam a surgir, embora já partilhem a sua presença com as referências a morabitanos e maravedis.

No total foi possível reunir 107 exemplos de equídeos, entre o ano de 900 e de 1226. Entre eles encontram-se seis diferentes denominações para as unidades de medida: soldos *gallicanos*, soldos, moios, bragais, morabitanos e maravedis. Surge ainda, em alguns casos, a avaliação de cavalos num determinado número de éguas, prática para a qual não foi possível decifrar qualquer significado, para além do explícito.

Destas unidades de medida, há duas que merecem uma pequena abordagem. Quanto aos soldos *gallicanos*<sup>163</sup>, que surgem apenas uma vez no ano de 900, parece-nos bastante provável a proposta de que, esta e outras denominações semelhantes, representem as antigas moedas de ouro da época sueva<sup>164</sup>. Contudo, é também possível que se trate de uma moeda de origem franca. António Losa, referindo-se a este mesmo documento, entende esta segunda possibilidade<sup>165</sup>. Os moios, por outro

<sup>161</sup> MARQUES, António H. de Oliveira – “A circulação e a troca de produtos”, p. 523.

<sup>162</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc.104, p. 127, 1129, dezembro, 1.

<sup>163</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 174, p. 295, 900, junho, 28.

<sup>164</sup> FRANCISCO OLMOS, José María de – “El nacimiento de la moneda en Castilla. De la moneda prestada a la moneda propia. In *I Jornadas Científica sobre Documentación jurídico-administrativa, económico-financiera y judicial del reino castellano-leonés, siglos X-XIII*. Madrid: Área de Conocimiento de Ciencias y Técnicas Historiográficas, Universidad Complutense de Madrid, 2002, p. 307.

<sup>165</sup> LOSA, António – “O desabrochar de uma nacionalidade. Retalhos da herança árabe e moçárabe”. In *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*. Vol.5. *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1996, pp. 256-273.

lado, são bastante mais difíceis de precisar. Joaquim de Viterbo demonstra que há a possibilidade destes moios serem equivalentes aos soldos, tendo exatamente o mesmo valor. Contudo, reconhece que esta ideia não se afigura como uma verdade absoluta<sup>166</sup>.

É de realçar que os valores atribuídos a estes animais não resultariam num pagamento efetivo desses mesmos valores. Bem pelo contrário. Estes serviriam como forma de abater o valor da compra, por exemplo, de um casal. O cavalo seria, deste modo, um bem valioso que poderia ser utilizado como moeda de troca para compras de somas muito avultadas. Algo que seria essencial no contexto da sociedade medieval, onde a circulação de moeda era substituída por produtos da terra e a capacidade de a ter em grande quantidade estava restringida a um pequeno grupo, de mais ou menos vinte por cento de indivíduos, na sociedade<sup>167</sup>.

Apesar do número relativamente reduzido de dados é possível tirar algumas conclusões interessantes através dos mesmos. Para tal, teremos em consideração os valores que se encontram em moios e em soldos, uma vez que as restantes unidades de medida não surgem em quantidade suficiente para que sejam alvo de uma análise mais aprofundada. Não deixamos, de qualquer forma, de colocar todos os valores encontrados na **Tabela 1**. Destaque-se, ainda, que apenas teremos em consideração, na análise que se segue, os cavalos e éguas que não surgem com outros elementos associados ao seu valor, como selas, albardas ou crias.

Em primeiro lugar, importa entender a enorme amplitude entre os valores mínimos e máximos. Os equídeos poderiam ser, para a época medieval, o mesmo que os automóveis são para a atualidade, podendo ter valores bastante díspares consoante a qualidade do produto transacionado. Vejamos: falando em soldos, foram recolhidos 42 dados, entre 995 e 1226, sendo a média de todos estes valores de c.157 soldos. O menor valor está atribuído a uma égua que valia 10 soldos, em

---

<sup>166</sup> VITERBO, Joaquim de S. Rosa – *Elucidário das palavras, termos, e frases*, pp. 94-95.

<sup>167</sup> POIARES, António – “Nomenclatura Monetária Medieval Portuguesa”. *Nummus: Revista da Sociedade Portuguesa de Numismática*, série II, vol. 38 (2015), p. 8.

1087<sup>168</sup>, e o valor máximo, identificado em dois cavalos, um do ano 995<sup>169</sup> e outro de 1141<sup>170</sup>, é de 500 soldos! Entenda-se, por estes valores, uma enorme diferença de 50 vezes mais caro. Podemos ainda diferenciar o valor médio de cavalos e de éguas, em separado. Os 40 cavalos, avaliados em soldos, têm um valor médio de c.162 soldos. Por outro lado, as duas éguas avaliadas na mesma moeda constituem uma média de 55 soldos<sup>171</sup>.

Se analisarmos os 50 casos que surgem em moios, verificamos um valor mínimo de 10 moios, por uma égua, no ano de 1078<sup>172</sup> e que o valor máximo é 800 moios, por um cavalo, em 1117<sup>173</sup>. Assim, verifica-se que o equídeo mais valioso encontrado tem um valor 80 vezes superior, em relação ao mais barato! Quanto ao valor médio, dos equídeos avaliados em moios, o resultado foi de c. 112 moios. Se estabelecermos uma diferenciação de preços entre cavalos e éguas, podemos perceber que os 33 cavalos, avaliados em moios, custam em média c.153 moios e as 17 éguas um valor médio de 36 moios. Tanto em soldos como em moios podemos identificar que o cavalo seria um animal mais valioso do que a égua, ao longo dos séculos aqui estudados, e podemos perceber, também, a enorme oscilação de valores.

Estas discrepâncias impressionam. No entanto, podem ser compreendidas se atendermos ao tipo de bem em questão. Não é difícil perceber que seriam vários os aspetos que fariam aumentar ou diminuir significativamente o preço de um equídeo. Desde logo as capacidades físicas do animal – tamanho, resistência, capacidade de carga...<sup>174</sup>. Também o seu temperamento seria muito importante na valorização de um cavalo. Não seria indicado, por exemplo, ter um equídeo demasiado nervoso destinado a trabalhos de carga, tal como não seria qualquer cavalo,

<sup>168</sup> HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Diplomata*, vol. I, fasc. III, p. 403, 1087.

<sup>169</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 406, p. 580.

<sup>170</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses*, vol.1, t.1, doc. 186, p. 229, 1141, abril, 16.

<sup>171</sup> Realço que a análise feita não tem em conta a valorização, ou desvalorização, da moeda. Num período que se estende ao longo de três séculos é certo que o soldo terá sofrido algumas alterações quanto ao seu valor.

<sup>172</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 103, p. 188, 1078.

<sup>173</sup> AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses – Documentos particulares: A.D. 1101-1115*. vol. 3. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940, doc. 46, p. 42, 1117.

<sup>174</sup> “quanto à figura do animal, que seja forte e sólido de corpo, de um tamanho em consonância com a sua robustez, largo e alto, recolhido de ventre e de alcatra redonda, muito aberto de peito, corpo proeminente devido à consistência dos seus músculos, fino de patas e sólido pelo seu casco côncavo.”, SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, p. 897.

independentemente do seu porte, capaz de suportar as adversidades psicológicas da guerra.

Não podemos esquecer a beleza do animal que poderia ter bastante peso no seu valor monetário<sup>175</sup>. Para um grande senhor, ou mesmo um rei, o cavalo teria não só uma aplicabilidade prática, de montar, mas também um peso simbólico de demonstração de poder e ostentação, como veremos mais à frente. Uma prova da atenção que era dada ao aspeto do cavalo é a forma como D. Afonso Henriques se refere a um cavalo que lhe foi oferecido, caracterizando-o como um “bom e perfeitíssimo cavalo”<sup>176</sup>.

Isidoro de Sevilha, ainda acerca de um bom cavalo, acrescenta: “que seja de caráter audaz, ligeiro de patas, que os seus membros vibrem porque é indício de fortaleza, que facilmente se excite a correr quando está totalmente parado, ou que não seja difícil pará-lo quando vai lançado a galope. A mobilidade do cavalo aprecia-se nas orelhas, do mesmo modo que a sua energia se reflete na vibração dos seus membros”<sup>177</sup>.

Neste aspeto, as *Siete Partidas* são bastante claras quando referem que os bons cavalos deveriam ter em si três coisas: em primeiro serem de cor bonita, em segundo terem um bom coração e em terceiro terem bons membros convenientes que correspondessem aos dois primeiros<sup>178</sup>. Infelizmente, devido ao número reduzido de documentos que indicam, simultaneamente, a pelagem do animal e o seu valor, não foi possível confirmar se as diferentes pelagens teriam alguma influência na apreciação da montada.

Outros aspetos como a idade do animal, que poderia ser já bastante velho e em segunda mão<sup>179</sup> ou demasiado novo para ter um valor muito avultado, ou possíveis

<sup>175</sup> “quanto à beleza, que seja de cabeça pequena e firme, a pele quase pegada aos ossos, as orelhas pequenas e rijas, os olhos grandes, nariz largo, a cerviz erguida, crinas abundantes, assim como a cauda, de cascos sólidos pela sua redondez do casco”, SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, p. 897.

<sup>176</sup> COSTA, A. de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei*, doc. 558, p. 771, 1130, julho, 20.

<sup>177</sup> SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, p. 897.

<sup>178</sup> AFONSO X – *Las Siete Partidas*. Facsímile da edição de Salamanca de 1555. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1985, Título XXI, ley 10, fl. 72.

<sup>179</sup> MARTINS, M. Gomes – *A Arte da Guerra*, p. 279.

lesões, que prejudicassem em parte a sua locomoção, seriam, muito provavelmente, fatores influenciadores na hora de atribuir um preço a um equino.

Ainda relativamente a esta problemática, D. Afonso III, em meados do século XIII, deixa-nos uma série de preços entre os quais estão os do gado cavalari. O documento refere que a melhor mula ou mulo vale 60 libras<sup>180</sup>, o melhor burro 7,5 libras<sup>181</sup>, a melhor égua 15 libras<sup>182</sup>, o melhor rocim que não seja de bafordo 25 libras e o rocim de bafordo 50 libras<sup>183</sup>. Infelizmente, fica por esclarecer neste documento, qual seria o valor de um bom cavalo, ou um cavalo de guerra. Talvez não o tenha feito por ser demasiado difícil limitar o valor destes animais que podiam possuir características excepcionais. É curiosa a referência ao rocim de bafordo que não devemos entender como um verdadeiro cavalo de guerra. Tal como vimos anteriormente, o rocim era um cavalo de pequenas dimensões e é certamente a uma montada pequena que o documento de 1253 se refere, de outra forma não seria possível ter um valor inferior ao da mula.

Assim, através desta classificação atribuída ao rocim, podemos supor que nos bafordos do século XIII seriam utilizados cavalos de dimensões mais modestas em vez de verdadeiros cavalos de guerra. Porventura para não colocar em perigo as preciosas montadas, essenciais para os cavaleiros servirem em combate, e, ao mesmo tempo, para reduzir a violência dos bafordos que se tornariam bastante mais perigosos se os cavalos utilizados fossem autênticos cavalos de guerra.

Embora este texto se estenda apenas até ao reinado de D. Afonso III, é relevante acrescentar que, segundo estimativas, na Europa dos finais da Idade Média, os cavalos de montar mais baratos custariam 24 vezes mais que um cavalo de trabalho,

---

<sup>180</sup> “*Et melior mula uel melior mulus ualeat sexsaginta libras*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>181</sup> “*Et melior asinus ualeat decem morabitos de quindecim in solido*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>182</sup> “*Et melior equa ualeat quindecim libras*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>183</sup> “*Et melior roncinus qui non sit de bafordo ualeat uiginti et quinque libras. Et melior roncinus de bafordo ualeat quinquaginta libras*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, 194, 1253, dezembro, 26.

que um palafrém custaria 400 vezes mais e, ainda, que um bom cavalo de guerra custaria 800 vezes mais<sup>184</sup>.

**Tabela 1 – Equídeos, na documentação medieval (séculos X-XIII), organizados cronologicamente.**

Data	Produto	Valor	Fonte
900	1 cavalo <i>dosno</i>	4 soldos galicanos	<i>Liber Fidei</i> , doc.174, p.295
995	1 cavalo	500 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc.406, p.580
1041	1 cavalo rosilho	100 soldos	PMH: DC, v. I, f. II, p.191
1043	1 cavalo baio	100 soldos	PMH: DC v. I, f. II, p. 198
1043	1 cavalo baio <i>nasino</i> + sela + freio	150 soldos	PMH: DC v. I, f. II, p. 199
1047	1 cavalo	300 soldos	PMH: DC v. I, f. II, p. 218
1048	1 cavalo	300 soldos	PMH: DC v. I, f. II, p. 225
1050	1 égua raudão	40 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 237, p. 386
1053	1 cavalo raudão	200 soldos	PMH: DC v. I, f.II, p. 234
1060	1 cavalo bom	200 soldos	PMH: DC v. I, f. II, p. 267
1062	1 cavalo	90 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 240, p. 389
1072	1 égua	40 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 254, p. 405
1072	1 égua	40 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 254, p. 405
1073	1 cavalo	200 soldos	PMH: DC, v. I, f. III, p. 313
1073	2 éguas	80 moios (40 cada)	<i>Liber Fidei</i> , doc.257, p.408
1073	1 cavalo	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 260, p. 411
1074	1 cavalo rosilho	3 éguas	<i>Liber Fidei</i> , doc. 262, pp. 412-413
1075	1 cavalo baio	45 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 264, p. 414
1078	1 égua	10 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 103, p. 188
1080	1 égua rosilha	40 moios	PMH: DC v. I, f.III, pp. 352-353
1080	1 cavalo	200 soldos	PMH: DC v. I, f. III, p. 348
1081	1 égua média	20 moios	PMH: DC, v. I, f. III, p. 359
1082	1 cavalo raudão	80 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 113, p. 202
1083	1 cavalo	80 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 284, p. 434
1084	1 cavalo	90 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 286, p. 436
1087	1 égua	10 soldos	PMH: DC v. I, f. III, p. 403
1088	1 cavalo	300 soldos	PMH: DC v. I, f. III, p. 418
1088	1 cavalo	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 123, p. 216
1088	1 cavalo	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 124, p. 218
1088	1 cavalo	3 éguas	<i>Liber Fidei</i> , doc. 125, p. 219
1088	1 cavalo amarelo	3 éguas	<i>Liber Fidei</i> , doc. 125, p. 219
1088	1 cavalo murzelo	50 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 126, p. 220
1090	1 égua	40 moios	PMH: DC v. I, f.III, p. 440
1090	1 cavalo	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 303, p.4 53
1091	1 cavalo rosilho	100 soldos	PMH: DC v. I, f. III, p. 446
1092	1 égua	35 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 146, p. 140

<sup>184</sup> MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal*, p. 159.



1092	1 égua	35 moios	PMH: DC v. I, f. III, p.459
1092	1 cavalo	90 moios	PMH: DC, v. I, f. III, p. 460
1092	1 égua + 1 cria	57 moios	PMH: DC, v. I, f. III, p. 460
1092	3 cavalos	400 soldos (c.133 cada)	PMH: DC v. I, f. IV, p. 468
1092	1 cavalo	90 moios	Cart. D. Maior M., doc. 70, p. 87
1092	1 égua	57 moios	Cart. D. Maior M., doc. 70, p. 87
1092	1 potro	3 moios	Cart. D. Maior M., doc. 70, p. 87
1095	1 cavalo	44 moios	PMH: DC v. I, f. IV, p. 488
1095	1 burra + 1 cria	20 moios	PMH: DC v. I, f. IV, p. 488
1095	1 cavalo	150 soldos	PMH: DC v. I, f. IV, p. 485
1095	1 cavalo raudão	150 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 133, p. 228
1097	1 cavalo	50 soldos	PMH: DC v. I, f. IV, p. 507
1097	1 cavalo	200 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 148, p. 253
1098	1 égua	35 moios	PMH: DC v. I, f. IV, p. 519
1098	1 cavalo	65 moios	PMH: DC v. I, f. IV, p. 520
1098	1 burra + 1 cria	24 moios	PMH: DC v. I, f. IV, p. 520
1099	5 cavalos	1000 soldos (200 cada)	PMH: DC, v. I, f. IV, p. 542
1099	1 cavalo raudão	150 soldos	PMH: DC v. I, f. IV, p. 537
1100	1 cavalo rosilho	80 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 154, p. 261
1101	1 cavalo bom	30 soldos	DMP P v. 3, doc. 2, p.2
1101	1 cavalo murzelo	40 soldos	DMP P v. 3, doc. 18, p. 15
1101	1 cavalo murzelo	40 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 261, p. 272
1102	1 égua	50 moios	DMP P v.3, doc. 60, p. 55
1102	1 cavalo	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 315, p. 463
1102	1 égua	100 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 315, p. 464
1103	1 cavalo	100 soldos	DMP P v. 3, doc. 126, p. 110
1104	1 cavalo	70 soldos	DMP P v. 3, doc. 175, p. 153
1105	1 cavalo	80 moios	DMP P v. 3, doc. 196, pp. 169-170
1110	1 éguas	30 moios	DMP P v. 3, doc. 358, pp. 314-315
1112	1 cavalo	100 moios	DMP DR, v. I, T. I, doc. 32, p. 43
1114	1 cavalo	60 moios	DMP P v. 3, doc. 474, pp. 405-406
1117	1 cavalo	800 moios	DMP P v. 4, doc. 46, p. 42
1118	1 cavalo	110 moios	DMP P v. 4, doc. 71, p. 63
1118	1 cavalo	300 moios	DMP P v. 4, doc. 78, p. 68
1119	1 mula	75 moios	DMP P v. 4, doc. 91, p. 78
1119	1 azémola + albarda + <i>exendere</i>	200 moios	DMP P v. 4, doc. 108, pp. 91-92
1120	1 poldro	100 moios	DMP P v. 4, doc. 130, p. 110
1120	1 cavalo	140 moios	Most. Arouca, doc. 18, p. 208
1121	1 cavalo	250 moios	DMP P v. 4, doc. 153, pp. 131-132
1122	1 cavalo	80 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 508, p. 713
1122	1 égua	30 moios	DMP P v. 4, doc. 218, p. 191
1122	1 égua	30 moios	DMP P v. 4, doc. 250, p. 216
1122	1 cavalo	100 moios	DMP P v. 4, doc. 276, p. 237
1127	1 cavalo	200 moios	Most. Arouca, doc. 18, p. 208
1128	1 cavalo	500 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 6, p. 14

1129	1 cavalo	105 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 298, p. 263
1129	2 cavalos	580 moios (290 cada)	DMP DR, v. I, T. I, doc. 99, p. 123
1129	1 cavalo	240 moios	DMP DR, v. I, T. I, doc. 99, p. 123
1129	1 cavalo	500 maravedis	DMP DR, v. I, T. I, doc. 104, p. 127
1131	1 cavalo	260 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 288, p. 255
1133	1 cavalo	100 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 453, p. 634
1134	1 cavalo baio	70 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 114, p. 110
1134	1 cavalo	70 bragais	Cart. Baio-Ferrado, doc. 121, p. 117
1135	1 cavalo	100 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 174, p. 165
1136	1 potro	60 soldos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 825, p. 1108
1137	2 cavalos	150 morabitanos (75 cada)	DMP DR, v. I, T. I, doc. 162, p.198
1141	1 cavalo	500 soldos	DMP DR, v. I, T. I, doc. 186, p. 229
1145	1 cavalo	150 morabitanos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 807, p. 1083
1146	1 cavalo murzelo	80 morabitanos	DMP DR, v. I, T. I, doc. 219, p. 270
1146	1 cavalo	12 maravedis	Cart. Baio-Ferrado, doc. 254, p. 228
1146	1 cavalo de várias cores	50 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 277, p. 246
1147	1 cavalo	40 morabitanos	<i>Liber Fidei</i> , doc. 528, p. 735
1152	1 cavalo	50 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 245, p. 222
1157	1 cavalo	40 moios	Cart. Baio-Ferrado, doc. 295, p. 261
1160	1 cavalo	30 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 490, p. 686
1170	1 cavalo	15 morabitanos	Taraucae M. H., doc. 359, p. 294
1192	1 mulo	20 morabitanos	Cart. Most. Fiães, doc. 4, p. 35
1196	1 cavalo	11 morabitanos	Cart. Most. Fiães, doc. 10, p. 39
1221	1 rocim	150 soldos	Cart. Most. Fiães, doc. 151, p. 115
1226	1 bom cavalo	200 soldos	Cart. Most. Fiães, doc. 411, p. 268
s.d.	1 cavalo ruço	100 moios	<i>Liber Fidei</i> , doc. 476, p. 667

Fonte: Dados retirados das fontes expostas.

## O cavalo como símbolo de Poder

“Procurou-se entre todos os animais o mais belo, e mais veloz, e que pudesse suportar maior trabalho, e o mais conveniente para servir o homem. E porque o cavalo é o mais nobre animal e o mais conveniente para servir o homem, por isso de entre todos os animais foi escolhido o cavalo e dado ao homem que foi escolhido de entre os mil homens; e por isso aquele homem tem por nome cavaleiro”<sup>185</sup>.

Esta é a forma como Raimundo Lúlio, um filósofo, poeta e teólogo medieval, se refere ao cavalo, em finais do século XIII, na primeira parte, “que trata do princípio de cavalaria”, do *Livro da Ordem de Cavalaria*. É com base neste excerto, e noutros que iremos apresentar, que é possível entender a carga simbólica que o cavalo tinha na

<sup>185</sup> LÚLIO, Raimundo – *Livro da Ordem de Cavalaria*. Trad. A. Guerra. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002, p. 17.

Idade Média. Este não era apenas um animal, mas sim um ícone de honra, nobreza e poder.

Nas *Siete Partidas* de Afonso X de Leão e Castela, contemporâneo de Raimundo Lúlio, surgem palavras semelhantes: “Mas em Espanha chamam cavalaria não porque andam a cavalgar em cavalos, mas porque bem como os que andam a cavalo, vão mais honradamente que noutra besta”<sup>186</sup>. Este segundo testemunho, porventura feito com base nos mesmos textos antigos que o Livro da Ordem de Cavalaria, reforça a ideia de que o cavalo é a mais honrada de todas as bestas.

Isidoro de Sevilha vai mais além, atribuindo não só uma grande nobreza a este animal, mas também o privilégio de ser o único animal capaz de, para além do homem, chorar e experimentar sentimentos de dor<sup>187</sup>. Estas palavras transmitem uma clara tentativa de elevar um animal irracional a um patamar próximo do Homem, distanciando-o dos restantes animais.

Raimundo Lúlio acrescenta no quinto capítulo, “do significado que existe nas armas do cavaleiro”, mais algumas explicações acerca da ligação deste animal ao cavaleiro. Refere que “o cavalo é dado ao cavaleiro como significado de nobreza de coração, e para que a cavalo seja mais alto que qualquer outro homem, e seja visto de longe e mais coisas tenha debaixo de si”<sup>188</sup>. Fica claro neste trecho que, para além de reforçar a nobreza do animal, há também a importância na elevação física que o cavalo dá ao homem, fazendo-o olhar os restantes de cima para baixo e colocando-o num patamar superior a todos, quase como se este se movesse no topo de um altar.

Nada melhor que estas transcrições, revelando a carga imaginária que os autores imprimem nas suas palavras, para compreendermos aquilo que o cavalo representava na sociedade medieval e o imaginário que o envolvia.

## **O cavalo, símbolo da autoridade régia**

---

<sup>186</sup> AFONSO X – *Las Siete, Partidas Segunda*, Título XXI, ley 1, fl. 70.

<sup>187</sup> SEVILHA, Isidoro de – *Etimologias*, pp. 896-897.

<sup>188</sup> LÚLIO, Raimundo – *Livro da Ordem*, p. 53.

Os reis medievais nunca se colocaram de parte no que diz respeito à instrumentalização do cavalo como demonstração de poder. Para além do interesse que os monarcas portugueses sempre demonstraram na existência de um grande número de boas montadas no reino, havia também um interesse mais pessoal de se apresentarem perante os seus súbditos, e os seus pares, em bons cavalos.

A partir de D. Afonso III é introduzido, na monarquia portuguesa, o selo equestre que, segundo Saúl António Gomes, aparenta ter inspiração no modelo castelhano e que, excecionalmente, também seria utilizado em França<sup>189</sup>. É de realçar que D. Afonso, ainda como conde de Bolonha, teria já um selo equestre, embora este ainda não apresentasse armas portuguesas<sup>190</sup>. Pelo menos D. Dinis, D. Afonso IV e D. Fernando vão continuar a utilizar sigilografia semelhante.

Nestas representações, os cavalos aparecem a galopar, cobertos com gualdrapas ricamente decoradas e com os reis, pesadamente equipados para a guerra, montados no seu dorso. Apresentam, para além de elementos como a coroa, a espada ou o escudo, cavalos possantes e capazes de suportar a galope todo aquele peso, transmitindo a sensação de que o fazem com bastante naturalidade e leveza. Neste aspeto destaca-se, claramente, o selo de D. Fernando I pelo seu desenho mais dinâmico em relação aos anteriores<sup>191</sup>. Saúl António Gomes destaca que o selo equestre seria o mais solene, sendo utilizado “em atos relevantes internacionais ou, internamente, em matérias de fundação e de reforma”, seguindo-se o selo de chumbo redondo e o de cera<sup>192</sup>. Isto espelha, sem grandes dúvidas, a importância que os monarcas atribuíam ao cavalo, como elemento simbólico de projeção de poder a nível nacional e internacional.

É curioso que o selo da rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso III, seja também equestre. Porém, este tem uma diferença clara: o equídeo (talvez uma mula) não é representado a galope, mas sim parado ou, talvez, numa passada lenta. Isto poderá

<sup>189</sup> GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012, p. 94.

<sup>190</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário – “Os selos dos reis de Portugal (Primeira Dinastia)”. *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, t. 20 (2018), p. 82.

<sup>191</sup> GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia*, p. 94.

<sup>192</sup> GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia*, p. 94.

dever-se à falta de necessidade de uma rainha transmitir força e poder militar, não deixando, no entanto, de se apresentar montada num equídeo.

Algo que não fica claro nestas representações são pormenores como a possível decoração das selas, as matérias-primas utilizadas tanto na sela como nos restantes elementos que dizem respeito ao aparelhamento do cavalo, ou até as cores dos materiais destes elementos. Para analisar esses aspetos, podemos recorrer a documentação capaz de mostrar que, pelo menos desde o tempo de D. Afonso III, existiam vários tipos de selas, freios, cabeçadas, entre outros acessórios referentes ao cavalo, sendo alguns deles bastante sumptuosos ou, pelo menos, tentando parecê-lo!

Lê-se numa lei de 26 de dezembro de 1253, onde D. Afonso III estabelece uma série de taxas, referências a diversos produtos relativos ao aparelhamento dos equídeos. No que diz respeito a selas, peitorais e freios fala-nos das seguintes variantes: “sela ouropel de rocim com peitoral colgado e dourado e com freio dourado”<sup>193</sup>; “sela sem ouropel com peitoral colgado e dourado e com freio dourado”<sup>194</sup>; “sela de *troyxa*”<sup>195</sup>; “sela de carneiro”<sup>196</sup>; “sela galega ouropel com peitoral dourado e com estribos”<sup>197</sup>; “sela galega sem ouropel”<sup>198</sup>; “sela galega de carneiro”<sup>199</sup>; “sela de carneiro preto”<sup>200</sup>; “sela canelada de ouro com guarnição de couro vermelho”<sup>201</sup>. Para além das selas, peitorais e freios surgem também diferentes tipos de cabeçadas como: cabeçada dupla vermelha de rocim ou mula<sup>202</sup>; cabeçada dupla preta ou branca de rocim ou

<sup>193</sup> “*sella orpellada de roncino cum pectorali colgato et deaurato et cum freno deaurato*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>194</sup> “*sella que non sit orpellada cum pectorali colgato et deaurato et cum freno deaurato*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>195</sup> “*sella de troyxa*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p.194, 1253, dezembro, 26.

<sup>196</sup> “*sella melior de carnario*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>197</sup> “*sella galleca orpellata cum pectorali deaurato et cum arricaues*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>198</sup> “*sella galleca sine orpel*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>199</sup> “*sella galleca carnaria*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>200</sup> “*sella carnaria nigra*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>201</sup> “*sela canelladus de auro cum garnimento de coriis uermeliis*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>202</sup> “*cabezate duplate uermelie de roncino uel de mulla*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 195, 1253, dezembro, 26.

mula<sup>203</sup>; cabeçada dupla vermelha de cavalo<sup>204</sup>. Surgem ainda outros produtos que demonstram grande ostentação no que toca ao aparelhamento do cavalo como umas correias de armar com quatro costuras de seda<sup>205</sup>.

Para melhor entendermos as peças descritas importa esclarecer alguns conceitos. Em primeiro lugar, temos os conceitos basilares compostos pelas diferentes peças com que se aparelha um cavalo. Para além da sela, que todos conhecemos, surge na documentação a cabeçada (*cabezate*) que é o “conjunto de cordas ou correias que cinge a cabeça dos animais de tiro ou sela”<sup>206</sup>; o peitoral (*pectoralí*) que é o “arreo que cinge o peito do cavalo”<sup>207</sup>; o estribo (*arricaues*)<sup>208</sup> que é a “peça em que o cavaleiro mete o pé quando cavalga”<sup>209</sup>; o freio (*freno*) que é uma “peça metálica presa às rédeas das cavalgaduras e que lhes atravessa a boca, servindo para as governar”<sup>210</sup>. Aparecem outros vocábulos que também merecem o devido esclarecimento: ouropel (*orpel/orpellada*) é uma “lâmina de latão que imita o ouro; ouro falso; falso brilho; aparência enganadora” com origem no latim *aurea pelis*, «pele de ouro», pelo advérbio *auripel*<sup>211</sup>; à palavra latina *colgato* atribuímos a tradução “colgado”, que é o particípio passado de “colgar” que significa “ornar com colgaduras”<sup>212</sup>.

Assim, podemos verificar, por um lado, a preocupação que havia em ostentar o cavalo com peças a imitar o ouro, certamente para transmitir uma sensação de grande riqueza. Tal como também verificamos que podiam decorar os cavalos com peitorais enfeitados com tecidos dourados e freios igualmente dourados. O próprio couro podia ser de diversas cores e chegavam ao pormenor de, como vimos anteriormente, a própria costura das peças em couro ser feita com quatro costuras

<sup>203</sup> “*cabezate duplate nigre uel albe de roncino uel de mula*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 195, 1253, dezembro, 26.

<sup>204</sup> “*cabezate duplate uermelie de caballo*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 195, 1253, dezembro, 26.

<sup>205</sup> “*corrigie de armare cum quatuor custuris de seda*”, HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae... Leges*, vol. I, fasc. II, p. 194, 1253, dezembro, 26.

<sup>206</sup> COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 268.

<sup>207</sup> COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 1243.

<sup>208</sup> Arricave, s. m. (ar-rikib), «o estribo». ALVES, Adalberto – *Dicionário de Arabismos*, p. 239.

<sup>209</sup> COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 700.

<sup>210</sup> COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 783.

<sup>211</sup> COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 1199.

<sup>212</sup> COSTA, J. Almeida [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 382.

de seda. Estes testemunhos tornam clara a vontade que os cavaleiros medievais tinham em mostrar riqueza através das suas montadas o que consequentemente se traduzia em poder e nobreza.

No caso dos monarcas, não é difícil imaginar que teriam acesso aos acessórios mais ostensivos, feitos de ouro, ou ouropel, e dos melhores couros, ricamente decorados. Estes seriam conjugados com as gualdrapas totalmente cobertas de elementos heráldicos, tal como é visível nos selos reais, que transmitem uma imagem de luxo e poder.

Assim como nos selos, também há moedas, cunhadas pelos reis medievais portugueses, que apresentam o rei montado num cavalo. De facto, “a moeda é e sempre foi uma afirmação de autoridade, de propaganda e de prestígio”<sup>213</sup>. Os morabitanos de Afonso Henriques<sup>214</sup>, Sancho I, Afonso II e Sancho II são os exemplos de moedas medievais portuguesas com representações equestres que podemos encontrar até ao século XIII. Apesar de estas moedas não serem, forçosamente, tão pormenorizadas como os selos, também nos apresentam elementos semelhantes de demonstração de força militar e poder. Refiro-me à espada empunhada pela mão direita, à coroa e, claro, ao cavalo. Estes são elementos comuns em todos os morabitanos dos reis anteriormente referidos.

Tendo em conta as representações bastante esquemáticas que estas moedas apresentam, torna-se difícil identificar possíveis aparelhamentos do cavalo. Para além das rédeas e freios que parecem surgir nos morabitanos de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II todos os restantes elementos não são passíveis de uma identificação clara. Os próprios animais estão representados em traços muito gerais que não permitem retirar conclusões mais detalhadas. Contudo, o simples facto

---

<sup>213</sup> FERREIRA, Jaime M. M. – “Dois Morabitanos”. *NUMISMÁTICA* 128 (mai-ago 2018), p. 4.

<sup>214</sup> Gostaria de destacar que o estudo desenvolvido por Ferraro Vaz, em 1969, não reconhece o morabitano de D. Afonso I. Esta ideia é, efetivamente, bastante discutível e longe de ser consensual. Contudo, neste artigo, admitimos a teoria sugerida por de Jaime M. M. Ferreira para atribuir a cunhagem de morabitanos de ouro a Afonso Henriques; FERREIRA, Jaime M. M. – “Dois Morabitanos”, pp. 3-21. VAZ, J. Ferraro – *Livro das Moedas de Portugal*. 1ª ed. Braga: Livraria Cruz, 1969.

destes monarcas terem optado por uma representação equestre nestas moedas cunhadas em ouro, mostra o caráter nobre deste animal no imaginário medieval.

### **Conclusão**

Da análise efetuada, em diferentes perspetivas, compreendemos que o valor do cavalo não se limitava à faceta militar.

No que toca à criação e manipulação desta espécie, foi possível identificá-la a partir do século X, através dos registos de Mumadona Dias que chegaram até nós. Procurámos também desmistificar a dimensão do cavalo. Tornou-se claro que a criação por parte dos reis, e o incentivo à mesma, remontam pelo menos ao primeiro monarca português e que se mantêm até ao fim da época aqui estudada. Os grandes senhores do reino, mosteiros e conventos e as Ordens Militares também não ficaram de parte neste tópico, tendo sido possível identificar intervenientes na criação de equídeos nestes grupos.

Exploraram-se os significados medievais dos vocábulos: murzelo, rosilho, baio, raudão, ruço, *alakada*, *varum colores*, amarelo, *facialuo*, *dosino*, *nasino*, rocim e azémola. Restaram sérias dúvidas quanto ao rosilho e raudão e alertamos que os significados atuais destes termos são fruto de uma evolução posterior ao medievo. Seria fácil associar os significados medievais aos atuais, mas incorreríamos certamente em anacronismos.

Quanto ao valor de mercado, embora o número de dados não seja suficientemente volumoso para nos dar respostas mais precisas, foi possível criar algumas estimativas. O valor médio, em soldos, para os equídeos, ficou estimado em cerca de 157 soldos. Para o caso dos moios o valor médio encontrado foi 112 moios. Nesta temática, o dado mais relevante foi a enorme amplitude de valores encontrados na documentação. Os elementos recolhidos não deixaram de retratar uma diferença acentuada entre valor máximo e mínimo que, em soldos, foi de 50 vezes mais e, em moios, 80 vezes. Talvez estes números sejam bastante conservadores para a realidade da Idade Média, no entanto, apenas um levantamento de dados mais exaustivo poderá confirmar.



Terminámos com uma “viagem” ao imaginário medieval. De facto, os espantosos trechos aqui replicados espelham o carácter nobre e, por vezes, quase humano do cavalo, um dos tópicos que mais interesse desperta e que mais contributos necessita na Historiografia Portuguesa. Esta linha de pensamento deixou a sua marca nos selos e moedas medievais que chegaram aos dias de hoje e que foram sucintamente abordados neste artigo. Foi ainda possível explorar os luxuosos adereços associados ao aparelhamento do cavalo, bem como a utilização do ouropel como um instrumento para criar a ilusão de riqueza.

## Referências Bibliográficas

### Fontes impressas

AFONSO X – *Las Siete Partidas*, facsímile da edição de Salamanca de 1555. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1985. [Consultado 15 de julho 2021]. Disponível em [https://www.boe.es/biblioteca\\_juridica/publicacion.php?id=PUB-LH-2011-60&tipo=L&modo=2](https://www.boe.es/biblioteca_juridica/publicacion.php?id=PUB-LH-2011-60&tipo=L&modo=2).

AZEVEDO, Pedro de; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Livro dos bens de D. João de Portel: cartulário do século XIII*. Lisboa: Colibri, 2003.

AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses – Documentos particulares: A.D. 1101-1115*. vol. 3. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940.

AZEVEDO, Rui de – *Documentos medievais portugueses – Documentos Régios: documentos dos Condes Portugaleses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*. Vol.1, t.1. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958.

AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da – *Documentos medievais portugueses- Documentos particulares: A.D. 1116-1123*. vol.4. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1980.

AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979.

BRANDÃO, António – *Quarta Parte Da Monarchia Lusitana*. Lisboa: Mosteiro de S. Bernardo, 1632. [Consultado 15 julho 2021]. Disponível em <https://purl.pt/12677>.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1988.

COSTA, Avelino de Jesus; MARQUES, José – *Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae*. t.1. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016.

DURAND, Robert – *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó: XIe-XIIIe siècles*. Paris: Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

FERNANDES, Armando de Almeida – *Taraucae monumenta histórica: I Livro das doações de Tarouca*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca, 1991-1993.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et consvetvdines*, vol. I, fasc. II, Lisboa: Typis Academicis, 1856.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et consvetvdines*, vol. I, fasc. V, Lisboa: Typis Academicis, 1866.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. I, Lisboa: Typis Academicis, 1868.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. II, Lisboa: Typis Academicis, 1869.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. III, Lisboa: Typis Academicis, 1870.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, vol. I, fasc. IV, Lisboa: Typis Academicis, 1873.

HERCULANO, Alexandre – *Portvgaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*, vol. I, fasc. III, Lisboa: Typis Academicis, 1891.

LÚLIO, Raimundo – *Livro da Ordem de Cavalaria*. Trad. A. Guerra. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.

*Ordenações Afonsinas*. Notas de Mário J. de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. [Consultado 15 julho 2021]. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>.

MARQUES, José – *O Cartulário do Mosteiro de Fiães*. Vol.1. Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço, 2016.

NASCIMENTO, Aires A.; CATÓN, José M. Fernández (eds.) – *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (estúdios)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación «SanIsidoro», 2008.

SILVA, Filomeno A. S. – *Cartulário de D. Maior Martins. Estudo introdutório. Edição diplomática. Índices*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001.

SEVILHA, Isidoro de – *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha – *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

## Estudos

ALMEIDA, Fernando de – “O Mosaico dos Cavalos”. *O Arqueólogo Português IV* (1970), pp.263-275.

ARAÚJO, Yann Loïc – “Contributo para a história da alveitaria e dos cavalos de guerra no Portugal medieval”. *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias* 98/549 (2004), pp. 19-25.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. IV. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1922.

CARDOSO, Hugo; GOMES, J. – “Trends in Adult Stature of Peoples who Inhabited the Modern Portuguese Territory from the Mesolithic to the Late 20th Century”. *International Journal of Osteoarchaeology* 19 (ago. 2008), pp. 711-725.

DAVIS, Ralph H. C. – *The Medieval Warhorse*. London: Thames and Hudson, 1989.

FERNANDES, A. de Almeida – *Viseu, Agosto de 1109 Nasce D. Afonso Henriques*. 4ª ed. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 1993.

FERREIRA, Jaime M. M. – “Dois Morabitanos”. *NUMISMÁTICA* 128 (mai-ago 2018), pp. 3-21.

FRANCISCO OLMOS, José María de – “El nacimiento de la moneda en Castilla. De la moneda prestada a la moneda propia. In *I Jornadas Científica sobre Documentación jurídico-administrativa, económico-financiera y judicial del reino castellano-leonés, siglos X-XIII*. Madrid: Área de Conocimiento de Ciencias y Técnicas Historiográficas, Universidad Complutense de Madrid, 2002, pp. 303-348.

GOMES, Saúl António – “A Presença das Ordens Militares na Região de Leiria (Séculos XII-XV)”. In FERNANDES, Isabel Cristina F.; PACHECO, Paulo (coord.) – *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 143-204.

GOMES, Saúl António – “Entre Memória e História, os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça, (1152-1215)”. *Separata da Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2 (2002), pp.187-256.

GOMES, Saúl António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. 2ª ed. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2004.

GOMES, Saul António – *Introdução à sigilografia portuguesa: guia de estudo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. 1ª ed. Paris: Les Belles Lettres, 2019.

LEANDRO, Inês R. – *Mértola: testemunhos de um passado medieval: estudo paleobiológico de 30 esqueletos provenientes da Alcáçova do Castelo de Mértola*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. Dissertação de mestrado.

LOSA, António – "O desabrochar de uma nacionalidade. Retalhos da herança árabe e moçárabe". In *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*. Vol.5. *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1996, pp. 256-273.

MARQUES, António H. de Oliveira – "A circulação e a troca de produtos". In SERRÃO, Joel; MARQUES, António H. (dir.); COELHO, Maria. H.; HOMEM, Armando C. (coord.) – *Portugal em Definição de Fronteiras: 1096-1325: do Condado portugalense à crise do século XIV*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota - A Guerra na Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

MARTINS, Miguel Gomes – "Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média". In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord. cient.) – *Castelos das Ordens Militares. Atas do Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2013, pp. 409-426.

MARTINS, Miguel Gomes – *A Arte da Guerra em Portugal: 1245 a 1367*. 1ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

MATTOSO, José – *Identificação de um País*. 1ª ed. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2015.

MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal - Nos Finais da Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MORALES MUÑIZ, Dolores C.– "El caballo en la Edad Media. Un estado de la cuestión". In *Sociedad Española de Estudios Medievales – Homenaje al profesor Eloy Benito Ruano*. Murcia: Universidad de Murcia Servicio de Publicaciones, 2010, pp. 537-551.

MORUJÃO, Maria do Rosário – "Os selos dos reis de Portugal (Primeira Dinastia)". *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte* 20 (2018), pp. 63-91.

NASCIMENTO, Aires A. – *A conquista de Lisboa aos Mouros*. 3ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2018.

NICOLÁS, H. La Fuente – *Das Werk Los siete libros del arte de la ciencia de la albeitería des Fray Bernardo Portugués*. Munich: Ludwig-Maximilians Universität München, 2012. Tese de Doutoramento.

PASCUAL BAREA, Joaquín– “Los veinte nombres de colores de caballos en Isidoro de Sevilla”. *Studia Philologica Valentina* 17/14 (2015), pp. 81-110.

POIARES, António – “Nomenclatura Monetária Medieval Portuguesa”. *Nummus: Revista da Sociedade Portuguesa de Numismática* 38 (2015), pp. 7-177.

SILVA, Ana Teresa – *Hipologia - guia para o estudo do cavalo*. Lisboa: Lidel, 2013.

THOMAS, Richard, [et. al.] – “The brede of good & strong Horsis: zooarchaeological evidence for size change in horses from early modern London”. *Post-Medieval Archaeology* 52/2 (2018), pp. 224-238.

VAZ, J. Ferraro – *Livro das Moedas de Portugal*. 1ª ed. Braga: Livraria Cruz, 1969.

### **Obras de referência:**

ALVES, Adalberto – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

COSTA, J. Almeida, [et. al] – *Dicionário da Língua Portuguesa*. 8ª ed. Porto: Porto Editora, 1999.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón– *Léxico Hispánico Primitivo: Siglos VII Al XII*. 1ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 2003.

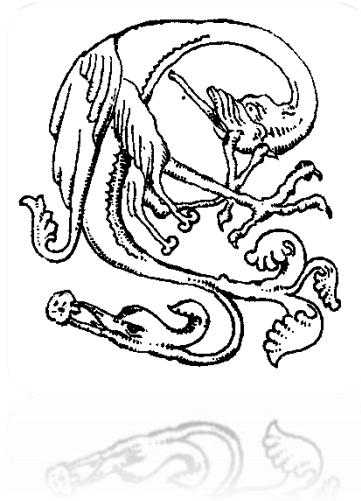
SILVA, A. de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza*. T.2. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Joaquim Carvalho – *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*. 2ª ed. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

VITERBO, Joaquim de S. Rosa – *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2 edª. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

SOUSA, Afonso Soares de – “O Cavalo na Idade Média”. *Medievalista* 32 (Julho – Dezembro 2022), pp. 171-216. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).